

Decisão de Barroso segue para o pleno

STF determina ao Senado instalação da CPI da Covid-19

Moreira Mariz - Agência Senado



HORA DO POVO
ANO XXXI - Nº 3.801 14 a 20 de Abril de 2021

★ ★ ★ ★ ★

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

O Brasil precisa saber o que nos levou a perder quase 4 mil vidas por dia

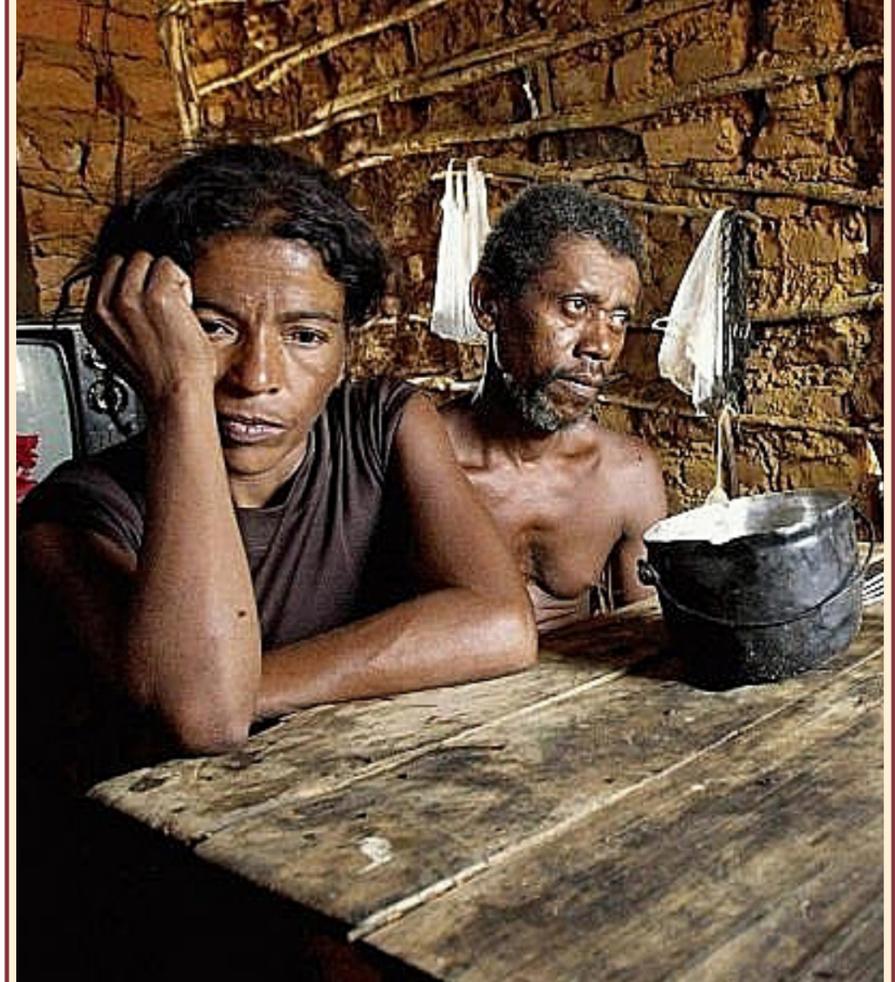
O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso determinou que o Senado instale a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar eventuais omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia de Covid-19, que já matou mais de 350 mil brasileiros. O pedido de criação da CPI, encabeçado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi protocolado em 4 de fevereiro. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse que vai instalar a CPI, apesar de não ter sido favorável a ela. **Página 3**

‘Bolsonaro é um covarde que tem muito a esconder’, responde Randolfe

“A violência costuma ser uma saída para os covardes que têm muito a esconder”, afirmou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), em resposta às agressões de Bolsonaro reveladas em gravação com o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO). Bolsonaro disse que iria “sair na porrada” com Randolfe, autor do pedido da CPI da pandemia. “Não irão nos intimidar! Especialmente porque sabemos que a fraqueza desse governo está em todos os âmbitos. Nossa única briga será pelo povo! Pela vacina e por comida na mesa!”, escreveu Randolfe em seu twitter. **Página 3**

Exame: Rejeição a Bolsonaro sobe a 51% e aprovação cai para 24%

Agência Brasil



Nova pesquisa divulgada pela Exame/Ideia, na sexta-feira (9), mostra que avaliação negativa do governo de Jair Bolsonaro subiu para 51,5% (ruim/péssimo). Os que avaliam bem (ótimo/bom) são 24%. E 22% são os que avaliam como regular. Não souberam responder 2,5%. Em fevereiro, a pesquisa Exame/Ideia apontou que o governo tinha 43% de rejeição (ruim/péssimo), mais de 10 pontos percentuais acima do índice de aprovação (30%). De acordo com pesquisa, 55% dos entrevistados reprovam a maneira como Bolsonaro gerencia a crise do coronavírus (16% de ruim e 39% de péssimo). Os dados mostraram que 23% aprovam o trabalho dele na pandemia (9% de ótimo e 14% de bom). Ao todo, 20% acham regular e 2% não sabem responder. Segundo a pesquisa, o aumento da desaprovação ao governo está ligado ao aumento do número de mortes provocadas pela Covid-19, ao ritmo da vacinação no País e o efeito ainda limitado da nova rodada do auxílio emergencial. **Página 3**

“Pedimos ao STF a imediata liberação da importação da Sputnik V”, diz Flávio Dino



“Embaraços administrativos da Anvisa são ilegais. Todos os requisitos legais já foram atendidos junto à agência. Nós não podemos ter normas e leis dizendo uma coisa e a direção do órgão achar outra. Ela não está tendo senso de urgência”, disse o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), em entrevista à Globonews. Os governadores fizeram uma encomenda de 37 milhões de doses da vacina russa Sputnik V. **Página 3**

Governo quer encarecer livros para impedir que os pobres leiam

Com o argumento de que os pobres não leem, o governo está querendo passar a taxar a venda de livros. Hoje há uma isenção como forma de promover o acesso de todos à leitura, especialmente os mais pobres. A Frente Parlamentar em Defesa do Livro, Leitura e Bibliotecas divulgou nota em repúdio à posição do governo Bolsonaro. **Página 2**

Líder de Crivella, Dr. Jairinho matou Henry deixando 23 lesões graves

Laudo pericial no menino Henry Borel registrou 23 lesões graves que levaram a criança, de apenas 4 anos, à morte, espancado dentro de casa no Rio de Janeiro. A polícia apontou e prendeu os responsáveis pelo crime: o vereador Dr. Jairinho, ex-líder de Crivella na Câmara de Vereadores, padrasto da criança e Monique Medeiros, mãe de Henry. **Página 4**

19 milhões de brasileiros estão passando fome hoje

Faltou comida em mais da metade dos domicílios brasileiros durante a pandemia, aponta levantamento da pesquisa Olhe para a Fome, divulgada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. De acordo com a pesquisa, 55,2% ou 116,2 milhões de pessoas vivem algum grau de insegurança alimentar. Dessas, estão em situação grave de insegurança, ou seja, passando fome, 19 milhões de brasileiros. O conceito de insegurança foi medido em três diferentes graus: leve, quando há preocupações que comprometem a qualidade da alimentação; moderada, quando a família passa viver com restrições; e grave, quando há privação e fome. **Página 2**

Marta Suplicy diz que meta do consórcio ‘Conectar’ é adquirir 20 milhões de doses de vacina

A Secretária de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo, ex-prefeita e ex-senadora Marta Suplicy, falou em entrevista ao HP sobre a pandemia e reforçou a importância da participação da maior cidade do Brasil no consórcio “Conectar”, que reúne 1.890 municípios com mais de 80 mil habitantes. Marta disse que a meta do consórcio é adquirir 20 milhões de doses: “é nos municípios que essencialmente se faz o combate à Covid-19”. **Pág. 4**



China multa Alibaba em 2,8 bi por prática monopolista

19 milhões de brasileiros estão passando fome, diz pesquisa

Com a diminuição do auxílio emergencial e a falta de clareza sobre quem irá, de fato, recebê-lo, o país deve persistir num grave quadro de insegurança alimentar

Faltou comida em mais da metade dos domicílios brasileiros durante a pandemia no ano passado, aponta levantamento da pesquisa Olhe para a Fome, divulgada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar esta semana.

De acordo com as informações colhidas na reta final do primeiro ano da pandemia, 55,2% ou 116,2 milhões de pessoas viviam algum grau de insegurança alimentar. O conceito de insegurança foi medido em três diferentes graus: leve, quando há preocupações futuras com a renda que comprometem a qualidade da alimentação; moderada, quando a família passa viver com restrições de alimentos; e grave, quando há privação e fome.

De acordo com a pesquisa, o número de brasileiros em situação grave de insegurança, ou seja, passando fome, chegou a 19 milhões no ano passado – 9% dos que viviam algum grau de dificuldade para se alimentar. Os maiores índices de fome foram encontrados nas regiões Norte (18,1%) e Nordeste (13,8%).

O período de coleta das informações, em dezembro, coincidiu com a redução do pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300, o que certamente impactou nos níveis de insegurança alimentar.

“Era previsível que a comida, tanto sua disponibilidade como o acesso a ela, viesse a ocupar o centro das preocupações e urgências no contexto de pandemia pela qual estamos passando”, disse, em nota oficial, Renato Maluf, coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Segundo o estudo, o auxílio emergencial ajudou a evitar um cenário pior no país. As cinco parcelas de R\$ 600, pagas por iniciativa do Congresso Nacional após tentativas de sabotagem do governo federal, contribuíram para a subsistência de quase 68 milhões de pessoas durante o período crítico de isolamento e falta de trabalho.

O estudo não tem dados antecedentes, mas os pesquisadores afirmam que a sua redução para R\$ 300 entre setembro e dezembro e seu encerramento no final do ano com certeza contribuíram para o aumento da fome.

“Com a diminuição do auxílio emergencial e a falta de clareza sobre quem irá, de fato, recebê-lo, o país deve persistir num grave quadro de insegurança alimentar. A forma com que os governos vêm lidando com as crises econômica e política dos últimos anos, sobretudo à pandemia da Covid-19, geraram impactos negativos profundos no direito humano à alimentação adequada e saudável do povo brasileiro”, afirmou em nota oficial Ana Maria Segall, pesquisadora da rede.

Após muita pressão e o crescimento dos índices de rejeição de Bolsonaro, uma nova versão do auxílio emergencial começou a ser paga nesta terça-feira (6) a 45,6 milhões de brasileiros. As parcelas variam entre R\$ 150 e R\$ 375 – valor muito distante de garantir, ao menos, uma cesta básica, hoje estimada em torno de R\$ 600,00.

IBGE: produção industrial cai em 10 de 15 regiões em fevereiro

A queda disseminada na produção industrial do país, em 10 das 15 regiões pesquisadas em fevereiro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acontece em “um contexto de deterioração da situação sanitária do país e fim das medidas emergenciais”, diz o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Os dados do IBGE foram divulgados nesta quinta-feira (8). O desempenho da produção em todos os parques regionais que tiveram queda foi pior do que a média nacional, de -0,7% em fevereiro na comparação com janeiro. Os recuos mais significativos vieram de São Paulo (-1,3%) – o maior e mais desenvolvido parque industrial do país; Ceará (-7,7%), Bahia (-5,8%) e Rio Grande do Sul (-1,1%).

“Os centros industriais que vinham puxando a reativação do setor no agregado Brasil e apresentando resiliência na virada de 2020 para 2021 registraram queda agora em fev/21, em um contexto de deterioração da situação sanitária do país e fim das medidas emergenciais. Foram os casos de São Paulo e dos três estados da região Sul, que perderam aquilo que haviam obtido em jan/21”, analisa o Iedi. “Para outros, o recuo em fev/21 foi reincidente, pois já vinham sentindo o peso da redução do auxílio emergencial pago às famílias. É este o caso notadamente da região Nordeste como um todo, cuja produção industrial não cresce desde dez/20”.

Segundo o Iedi, a situação da indústria nordestina é ainda mais grave, “pois a indústria nordestina ainda está longe de superar o choque da Covid-19 em mar-abr/20. Seu nível de produção em fev/21 está 6,1% aquém do pré-crise. O Amazonas é outro caso que está no vermelho desde dez/20”.



116,2 milhões de pessoas viviam algum grau de insegurança alimentar

Guedes quer dificultar acesso dos pobres à leitura

A Frente Parlamentar em Defesa do Livro, Leitura e Bibliotecas divulgou nesta quinta-feira (8) uma nota em que repudia a posição do governo Bolsonaro de que livros devem ser taxados de impostos porque pessoas mais pobres não consomem livros não didáticos, segundo defendeu a Receita Federal, em documento divulgado esta semana sobre reforma tributária.

A proposta de acabar com a isenção de impostos na compra de livros, como a sua argumentação, foram expostas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, ainda no ano passado, sendo alvo do repúdio de escritores, editores, jornalistas, críticos literários e empresários do setor livreiro, que em agosto de 2020 lançaram o Manifesto em Defesa do Livro.

“O mercado editorial brasileiro é imune à cobrança de impostos por uma escolha da sociedade brasileira concretizada no art. 150 da Constituição Federal, buscando assegurar a maior democratização possível do acesso aos livros, jornais, e outras publicações”, afirmou a Frente Parlamentar na nota. “Ao contrário do que alega a Receita, as famílias com renda inferior a dez

salários-mínimos respondem por quase a metade do mercado de livros não didáticos”, ressalta.

Na nota, a Frente Parlamentar em Defesa do Livro afirmou que a Receita Federal “utiliza de informação distorcida, misturando dados sobre livros didáticos e não-didáticos, e diferentes faixas salariais, como justificativa para defender que livros sejam tributados, sob falso pretexto de gerar recursos para executar políticas públicas, negligenciando o subfinanciamento histórico do acesso ao livro”.

Os parlamentares afirmam que “esse ataque não é isolado, e deve ser enxergado como parte do pacote ideológico que baliza esta catastrófica gestão, repleto de investidas contra a Cultura, a Educação, a Informação e o direito ao seu acesso pelos mais pobres, e apenas reafirma o caráter anticientífico e anticultural do (des) governo Bolsonaro”.

Na proposta de reforma tributária do governo que foi enviada ao Congresso no ano passado, Paulo Guedes propôs o fim dos impostos federais Pis e Cofins, através da criação de um novo tributo sobre consumo batizado de CBS, ou Contribuição sobre

Bens e Serviços, com a alíquota de 12% – que incidiria sobre o preço do livro.

Desde 2014, a lei brasileira concedeu a isenção de PIS e Cofins sobre a receita da venda de livros e do papel usado para a fabricação desses produtos. Além disso, a medida fere a própria Constituição, pois ela veda a cobrança de impostos sobre a venda de livros e do papel destinado à impressão.

MANIFESTO

Para o setor, a proposta coloca em risco a sobrevivência de livrarias e distribuidoras. O “Manifesto Em Defesa do Livro”, alertava que, se a proposta fosse aprovada, “seria o fim das livrarias físicas e das distribuidoras”. Elas não têm margens para pagar esses 12%. “E um imposto nocivo em todos os sentidos”, denunciaram as entidades.

“Não será com a elevação do preço dos livros – inevitável diante da tributação inexistente até hoje – que se resolverá a questão. Menos livros em circulação significa mais elitismo no conhecimento e mais desigualdade de oportunidades no país das desigualdades conhecidas, mas pouco combatidas”, diz o manifesto.

Governo deixou de gastar R\$ 80 bi no combate à pandemia em 2020

Ignorando a gravidade da crise sanitária e a crise econômica que foi agravada com a pandemia do novo coronavírus no ano passado, o governo Bolsonaro decidiu prosseguir com a sua agenda de austeridade fiscal e, para cumprir suas metas de arrocho, decidiu não gastar R\$ 80,7 bilhões do Orçamento que foi destinado para conter os efeitos da pandemia, denunciou o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), nesta quarta-feira (7).

“A pandemia da Covid-19 aprofundou as crises econômicas e sociais pré-existentes no País. Assim, o ano fechou com recessão, aumento do desemprego e do subemprego e com cerca de 200 mil pessoas mortas em decorrência do vírus Sars-CoV-2”, escreveram os membros do colegiado de gestão do Inesc, Iara Pietricovsky e José Antônio Moroni, no prefácio do estudo “Um país sufocado – Balanço do Orçamento Geral da União 2020”.

Ao sublinhar que o ano de 2021 poderia ter sido diferente, os técnicos do Inesc afirmaram que, “apesar da aprovação, pelo Congresso Nacional, de importantes recursos para conter a crise, eles não foram suficientes nem para enfrentar os impactos da pandemia e nem tampouco para assegurar a continuidade dos programas” e, “como se não bastasse a escassez de recursos”, “houve, e ainda há, ação deliberada por parte do Governo Federal para promover a pobreza, a fome, a doença e a morte. Prova disso é a sabotagem diuturna das medidas sanitárias necessárias para conter, tratar e prevenir a Covid-19”.

“Como se não bastasse, o Executivo federal decretou o fim da doença no Brasil no começo de 2021, quando encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta orçamentária que não somente ignorava as crises – sanitária, econômica e social –, como incluía medidas de austeridade fiscal que agravavam o quadro alarmante no qual o País se encontra”, denunciaram os membros do Inesc.

Na avaliação dos pesquisadores do instituto, a não execução da totalidade dos R\$ 604,7 bilhões destinados a combater a pandemia contribuiu para que o país fechasse o ano com 200 mil mortos pelo vírus e com taxa de desemprego recorde, atingindo 13,4 milhões de pessoas.

“Na situação de emergência e calamidade que o Brasil se encontrava em 2020, o governo tinha a obrigação de gastar o máximo de recursos disponíveis para proteger a população. Mas o que vimos foi sabotagem, ineficiência e morosidade no financiamento de políticas públicas essenciais para sobreviver à crise”, declarou a assessora política do Inesc, Livi Gerbase, que é especialista em orçamento.

A equipe do Inesc apurou os gastos federais de 2020, tanto com despesas extraordinárias para enfrentar as consequências da pandemia quanto com políticas públicas das áreas de Saúde, Educação, Meio Ambiente e Direito à Cidade, além da gestão dos recursos destinados a políticas que atendem grupos intensamente afetados pela crise, como mulhe-

res, crianças e adolescentes, e povos tradicionais.

Quatro meses após a declaração de emergência nacional, o governo Bolsonaro havia executado apenas 40,1% do valor planejado no orçamento para combater a pandemia. Para o instituto, a pressão da sociedade exigiu que o governo aumentasse a execução do orçamento no final do ano, mas ponderou que isto não foi suficiente para evitar o colapso no âmbito do SUS em alguns Estados brasileiros. A baixa execução orçamentária foi notada em julho pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que emitiu um relatório informando que, desde março, o Ministério da Saúde havia executado apenas 29% da verba prevista para o enfrentamento da crise sanitária.

Para a Saúde, ao todo, foram autorizados para o enfrentamento da pandemia cerca de R\$ 66,5 bilhões, entre créditos extraordinários e remanejamento de recursos. Deste montante, cerca de R\$ 40 bilhões foram efetivamente executados ou pagos. “Somente 15% foram aplicados de forma direta pela União, 58% desses recursos foram transferidos para municípios e 23% para os estados e o Distrito Federal. Os recursos destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios foram pagos em praticamente sua totalidade. O que não foi o caso dos recursos de aplicação direta pelo Ministério da Saúde (MS) destinados integralmente à aquisição e produção de vacinas, cujo pagamento correspondeu a apenas 20% do total dos recursos autorizados”.



Aumento dos combustíveis pelo governo eleva inflação

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do mês de março, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta sexta-feira (9), os aumentos nos preços dos combustíveis e do gás de botijão, autorizados pelo governo Bolsonaro, fizeram com que a inflação alcançasse o seu o maior resultado para um mês de março desde 2015, quando foi registrada inflação de 1,32%. O IPCA, índice oficial da inflação, passou de 0,86%, em fevereiro, para 0,93% em março.

No acumulado de 12 meses, o indicador apontou alta de 6,10%, acima dos 5,20% acumulados até fevereiro.

Os principais impactos vêm dos aumentos nos preços de combustíveis (11,23%) e do gás de botijão (4,98%), diz o IBGE. “Foram aplicados sucessivos reajustes nos preços da gasolina e do óleo diesel nas refinarias entre fevereiro e março e isso acabou impactando os preços de venda para o consumidor final nas bombas. A gasolina nos postos teve alta de 11,26%, o etanol, de 12,59% e o óleo diesel, de 9,05%. O mesmo aconteceu com o gás, que teve dois reajustes nas refinarias nesse período, acumulando alta de 10,46%, e agora o consumidor percebe esse aumento”, disse o gerente da pesquisa do IBGE, Pedro Kislanov.

No ano, a gasolina acumula alta de 21,75%, o etanol alta de 23,77%, o óleo diesel alta de 17,93% e gás de botijão, 11,56%.

Na semana passada (5), a direção da Petrobras divulgou que o preço do gás natural para as distribuidoras terá aumento de 39% a partir do dia 1º de maio, o que deve pressionar ainda mais a inflação para cima, comprometendo ainda o poder de compra das famílias brasileiras no próximo período, em que a pandemia da Covid-19 continuará afetando a economia e o auxílio emergencial que poderia ajudar a atenuar a crise teve seu valores reduzidos, em média, para R\$250, sendo que a maioria irá receber apenas R\$ 150.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, seis tiveram alta em março: Transportes (+ 3,81%); Habitação (+ 0,81%); Artigos de residência (+ 0,69); Vestuário (+ 0,29); e Alimentação e bebidas (+ 0,13%). Ficaram no vermelho, o grupo Educação (-0,52%), após a alta de 2,48% observada no mês anterior.

O resultado dos Transportes deve-se, principalmente, à alta nos preços dos combustíveis (+11,23%). Já o resultado da Habitação, o segundo maior impacto sobre o IPCA, veio do gás de botijão (4,98%), que acumula alta de 20,01% nos últimos 12 meses. Também pode-se apontar a energia elétrica (+0,76%), entre os principais fatores para a nova disparada do IPCA.

O indicador mostrou queda de 0,17% nos preços dos produtos para alimentação no domicílio, que foi puxado principalmente pelo recuo nos preços do tomate (-14,12%), da batata-inglesa (-8,81%), do arroz (-2,13%) e do leite longa vida (-2,27%). Por outro lado, avaliando os últimos 12 meses, os preços do Óleo de soja e do arroz acumulam altas de 81,73% e 63,56%, na ordem. A batata-inglesa (+24,64%) e o leite longa vida (15,75%) constam no rol dos produtos que mais subiram no período.

Em março, ovo de galinha (+3,55), pão francês (+1,36), e carnes (+0,85%) também seguiram em alta. Nos 12 meses, carnes e pão francês acumulam altas de 31% e 5,84%, respectivamente.

Já o ovo de galinha variou próximo da casa dos dois dígitos (+9,31). O ovo é um dos itens mais usados pelas famílias para substituir a carne – que no governo Bolsonaro passou a ser artigo de luxo.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo - SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@uol.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Mária, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@uol.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@uol.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusá, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.
www.horadopovo.com.br



Governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) “Pedimos ao STF a imediata liberação da importação da Sputnik V”, diz Flávio Dino

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), afirmou, neste domingo (11), em entrevista à Globonews, que os governadores do Consórcio do Nordeste e do Consórcio da Amazônia Legal não estão concordando com as alegações da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) de que estariam faltando documentos para aprovação da importação da vacina Sputnik V, da Rússia.

Os governadores fizeram uma encomenda de 37 milhões de doses da vacina russa que serão entregues até o final de abril.

“Todos os requisitos legais já foram atendidos junto à Anvisa. Nós temos uma legislação, a Lei 14.124, de março, assim como também a própria resolução da Anvisa que dispõe sobre equivalência de certificados de registro de outras agências reguladoras, suprimindo a atividade da própria Anvisa. Então, nós discordamos dessa visão de que faltam documentos. Por isso mesmo, consideramos que o contrato feito por todos os Estados da Amazônia Legal e também do Nordeste devem ser executados o quanto antes”, argumentou o governador.

Flávio Dino destacou que “normas e leis existem para serem cumpridas”. “Nós não podemos ter normas e leis dizendo uma coisa e a direção do órgão achar outra coisa”, acrescentou. “Nós temos um compromisso do Fundo Soberano Russo, responsável, ao nível máximo, pela vacina Sputnik, de fazer entregas ainda no mês de abril”, lembrou.

“Portanto, prosseguiu Dino, “nós não concordamos com esses embargos administrativos, tanto que estamos postulando que o Supremo Tribunal Federal (STF) determine a imediata autorização de importação. Todos estamos com pressa”.

Questionado se a compra da vacina russa poderia colocar em risco a população brasileira pelo fato da vacina não passar a aprovação da Anvisa, Flávio Dino explicou que “a vacina Sputnik V teve suas pesquisas publicadas na revista Lancet, uma das mais respeitadas do mundo e já está sendo usada em vários países”.

Dino lembrou ainda que ela está sendo usada, inclusive, em países vizinhos, como a Argentina e, segundo ele, não há registro de nenhum problema. “Se houvesse, todos nós saberíamos”, afirmou. “Há, por exemplo, relatos de problemas com a vacina da AstraZeneca e nem por isso há qualquer proposta de se suspender o seu uso no Brasil”, ponderou.

Flávio Dino reforçou também que todos os estudos devem continuar sendo feitos pela Anvisa, mas ressaltou a urgência que o momento está impondo a todos por conta da crescente perda de vidas humanas, vítimas da Covid-19. “É a própria norma da Anvisa e a legislação que determinam que se uma vacina tiver obtido o registro em um dos países listados na resolução – e na própria lei – ela poderá ser usada no Brasil”, apontou Flávio Dino.

Ele ressaltou a importância do intercâmbio entre essas agências e reforçou que ele é muito positivo que isto ocorra. “Principalmente porque leva em conta a urgência que o momento exige e a Anvisa não está agindo com senso de urgência”, observou o chefe do Executivo maranhense.

O governador contestou a argumentação de que a importação direta da vacina pelos governadores pudesse atrapalhar o Plano Nacional de Imunização (PNI). Ele deixou claro que a importação das vacinas tem o objetivo de fortalecer o PNI.

“É posição unânime nos dois consórcios que as vacinas serão oferecidas ao PNI. E aí nós poderemos ter duas possibilidades, uma, se o governo aceitar a oferta, nós entregamos todas as vacinas para o Ministério da Saúde, ele paga a compra, e vai distribuí-las por todo o Brasil”, explicou Dino.

O governador disse que no momento não se sabe qual é a posição do governo federal. “Nós não sabemos qual é a posição deste quarto ministro da Saúde”, disse ele.

“O anterior falou que ia comprar a CoronaVac e Bolsonaro veio depois e rasgou o contrato. Então, nós não sabemos qual é a posição atual”, prosseguiu. “Agora”, explicou Dino, “se o governo não aceitar a oferta, nós vamos comprar e, aí sim, elas serão aplicadas exclusivamente nos Estados compradores”. “Isso porque a lei não permite que façamos diferente. Nós não podemos gastar o dinheiro do Estado em atividades que se destinem para fora dos limites estaduais”, concluiu Flávio Dino.

STF determina instalar a CPI da Covid-19 imediatamente



Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, decidiu pela instauração imediata da CPI Pesquisa mostra que rejeição a Bolsonaro não para de subir: 51%. E a aprovação cai a 24%

E o que mostra a pesquisa Exame/Ideia. A rejeição subiu 8,5 pontos percentuais em relação à avaliação de fevereiro, que o apontava com 43% de ruim/péssimo

“nem-nem”; e 3% não sabem. “A avaliação presidencial segue em viés de baixa em comparação ao levantamento anterior. A porcentagem de brasileiros que avaliam o governo como ruim ou péssimo ultrapassou a barreira de 50%. O aumento do número de mortes pela pandemia, o ritmo de vacinação e o efeito ainda limitado do novo auxílio contribuem para esse viés negativo”, diz Maurício Moura, fundador do Ideia, instituto especializado em opinião pública.

Governos estaduais e prefeituras
Do lado das avaliações negativas, os números também confirmam melhor avaliação dos governos estaduais em comparação com o federal. Com 33% de ruim ou péssimo, os prefeitos se posicionam melhor na avaliação da população do que governadores (38%), e o governo Bolsonaro, cujo trabalho em relação à pandemia foi avaliado como ruim/péssimo por 55% dos entrevistados.

Governo e FFAA mais mal avaliados
Nesta nova rodada de pesquisa, perguntou-se “Em qual dessas instituições sua confiança aumentou durante a pandemia?”. O SUS (Sistema Único de Saúde)

está disparado na frente com 35% de avaliação positiva. Seguido pela prefeitura, com 24%. Governo estadual, com 23%. O Congresso com 12%. O STF (Supremo Tribunal Federal) com 3%. E o governo e as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), respectivamente, com 2% e 1%. Bolsonaro conseguiu desmoralizar completamente o Poder Executivo e as FFAA.

Perguntado de outro modo, a pesquisa confirma o nível de desconfiança nas instituições: “Em qual dessas instituições sua confiança diminuiu durante a pandemia?”. O governo está disparado na frente, com 36%. Seguido pelo STF, com 27%; Forças Armadas, com 18%; prefeitura (7%); Congresso (6%); SUS (5%); governo estadual (1%). A população já identificou os atores sociais que tem ajudado e os que têm atrapalhado.

Dados da pesquisa
Houve 1.259 entrevistas, nas cinco regiões do Brasil, realizada com homens e mulheres residentes no Brasil com idade igual ou superior a 16 anos.

O grau de confiança do estudo é igual a 95%, aceitando margem de erro máxima prevista de aproximadamente 3 pontos percentuais, para mais ou para menos.

“Bolsonaro é um covarde que tem muito a esconder”, responde o senador Randolfe

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor do requerimento da CPI da Covid-19, rebateu as agressões de Bolsonaro reveladas em gravação com o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), no domingo (11).

Na segunda-feira (12), durante entrevista à Rádio Bandeirantes, Jorge Kajuru reproduziu mais uma parte do diálogo que teve com Bolsonaro. Num trecho, Kajuru diz a Bolsonaro que não participará da CPI caso a apuração seja “revanchista”, contra o governo federal. Bolsonaro respondeu: “Mas se você não participa, daí a canalhada lá do Randolfe Rodrigues vai participar. E vai começar a encher o saco. Daí, vou ter que sair na porrada com um bosta desse”.

Em sua resposta, Randolfe afirmou: “A violência costuma ser uma saída para os covardes que têm muito a esconder”.

“Não irão nos intimidar! Especialmente porque sabemos que a fraqueza desse governo está em todos os âmbitos. Nossa única briga será pelo povo! Pela vacina e por comida na mesa!”, escreveu Randolfe em seu Twitter.

Randolfe Rodrigues

Senadores informaram ao STF que requerimento foi protocolado ainda em 4 de fevereiro. Pacheco disse que discorda da criação da CPI, mas que respeitaria eventual decisão judicial. Governo sofreu duro revés

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso determinou, na quinta-feira (8), que o Senado instale a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar eventuais omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia de Covid-19.

O pedido de criação da CPI, encabeçado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi protocolado em 4 de fevereiro por senadores que querem apurar as ações e omissões do governo Jair Bolsonaro na crise sanitária. A comissão, no entanto, ainda não tinha sido instalada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que sob o beneplácito do governo, resistia em fazê-lo.

No requerimento apresentado por Randolfe está escrito que o governo tem, durante a pandemia, sistematicamente violado os direitos fundamentais básicos de toda a população brasileira à vida e à saúde. O país, segundo colocado no número de mortes no planeta, tem “dado péssimo exemplo quanto ao controle da pandemia”, com o governo deixando de seguir as orientações científicas de autoridades sanitárias.

Randolfe lembrou ainda, no texto do requerimento, que dois ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, foram demitidos por não “seguirem as crenças e quimeras na condução das políticas públicas de saúde” do presidente Jair Bolsonaro.

DECISÃO LIMINAR
“Defiro o pedido liminar para determinar ao presidente do Senado Federal a adoção das providências necessárias à criação e instalação de comissão parlamentar de inquérito”, escreveu Barroso na decisão liminar.

“O perigo da demora está demonstrado em razão da urgência na apuração de fatos que podem ter agravado os efeitos decorrentes da pandemia da Covid-19. É relevante destacar que, como reconhece a própria autoridade impreterada, a crise sanitária em questão se encontra, atualmente, em seu pior momento, batendo lamentáveis recordes de mortes diárias e de casos de infecção”, acrescentou.

A ação judicial foi apresentada ao STF pelos senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Jorge Kajuru (Cidadania-GO). Ao todo, 30 senadores assinaram o pedido de criação da comissão — três a mais que os 27 exigidos pelo regimento do Senado.

CONTORCIONISMO
Em documento enviado ao STF por conta dessa ação, o Senado já havia defendido que a prerrogativa de decidir o momento de abertura da CPI é do presidente da Casa; que a comissão não contribui para o enfrentamento da pandemia; e que não há “compatibilidade técnica” para o funcionamento de uma CPI de forma remota.

Minutos após a decisão vir a público, Rodrigo Pacheco fez breve comentário sobre o tema durante a sessão no Senado. “Vamos aguardar que seja notificado oficialmente à Presidência do Senado para o pronunciamento definitivo em relação a esse tema”, afirmou.

Após a decisão, o presidente do Senado soltou a clássica máxima acadiana: “decisão da Justiça não se discute, se cumpre”.

O STF também já autorizou a abertura de inquérito sobre suposta omissão do então ministro Eduardo Pazuello no agravamento da pandemia no Amazonas, no início do ano. Com a demissão de Pazuello, o caso foi remetido

do à primeira instância.

Está escrito no requerimento da CPI que o objetivo é “apurar as ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados” nos primeiros meses de 2021.

RESPOSTA DE PACHECO
Antes de a decisão do ministro do STF vir à tona, Pacheco já havia sido cobrado, durante a sessão desta quinta-feira, pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) sobre a instalação do colegiado.

O presidente do Senado afirmou, na ocasião, que se “renderia” caso houvesse uma decisão judicial.

“Mas me renderei, caso seja uma decisão do Supremo Tribunal Federal, por iniciativa de vossa excelência [Alessandro Vieira], que provocou o Supremo Tribunal Federal, a qualquer decisão judicial, porque sou consciente do fato de que decisão judicial se cumpre e não se discute”, respondeu Pacheco.

Antes da decisão de Barroso, o presidente do Senado disse, em várias oportunidades, que era contrário à abertura de uma CPI neste momento. Na avaliação do senador por Minas Gerais, a instalação de colegiado desse tipo não é “instrumento” capaz de conferir soluções no curto prazo.

“Eu não tenho compromisso nenhum em salvaguardar quem quer que seja. Aliás, acho que os culpados e os responsáveis por todas essas mazelas e tristezas que nós estamos vivendo serão apontados, inclusive numa Comissão Parlamentar de Inquérito, que, em algum momento, será instalada, mas não deveria ser agora”, afirmou.

DESDOBRAMENTOS
Em entrevista agora à noite, Pacheco disse que vai cumprir a decisão liminar do STF. Assim, vai ler em plenário, na próxima semana, o requerimento para criação da CPI. Os líderes terão de indicar os nomes que farão parte do colegiado.

Com os nomes indicados, em seguida a comissão vai ser instalada, com a eleição do presidente dos trabalhos, que por sua vez indica o relator da investigação.

Tudo indica que o governo vai travar uma batalha para definir o nome do presidente dos trabalhos. Embora pela praxe ou tradição na Casa, a presidência de CPI cabe ao proponente — neste caso, o senador Randolfe Rodrigues.

A CPI E SUA FUNÇÃO
Com duração máxima de 180 dias, com uma renovação, a CPI tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, e apura fato determinado e por prazo certo. A CPI pode ser criada no âmbito de cada uma das casas, por requerimento de 1/3 dos respectivos parlamentares, ou do Congresso Nacional, por requerimento de 1/3 dos senadores e 1/3 dos deputados.

A CPI pode convocar pessoas para depor, ouvir testemunhas, requisitar documentos e determinar diligências, entre outras medidas. Ao final dos trabalhos, a comissão envia à Mesa, para conhecimento do plenário, relatório e conclusões.

O relatório poderá concluir pela apresentação de projeto de lei e, se for o caso, suas conclusões serão remetidas ao Ministério Público, para que promova a responsabilização civil e criminal dos infratores.

MARCOS VERLAINE (colaborador)

Nove governadores nordestinos apoiam Luís Barroso e o STF e repudiam “falácias” de Bolsonaro

Os nove governadores do Nordeste emitiram nota oficial, na sexta-feira (9), em que repudiam o surto de Bolsonaro contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, porque este determinou a instauração imediata da CPI da Covid-19 no Senado.

“É absolutamente inaceitável ver o nosso país enfrentar uma crise tão profunda, que tem provocado tantas perdas, em meio à insana tentativa de criar falsas guerras, sem argumentos, apenas falácias e acusações vazias, além de destemperadas”, dizem os governadores na nota.

Meta do 'Conectar' é adquirir 20 milhões de vacinas, afirma Marta

"A mobilização dos prefeitos é crucial dado o histórico da gestão da crise pelo Governo Federal", disse a Secretária de Relações Internacionais de SP ao HP

A Secretária de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo, a ex-prefeita e ex-senadora Marta Suplicy, destacou, nesta sexta-feira (9), em entrevista ao HP, que "é nos municípios que essencialmente se faz o combate à Covid-19". Ela falou sobre a pandemia e reforçou a importância da participação da maior cidade do Brasil no consórcio "Conectar", que reúne 1.890 municípios com mais de 80 mil habitantes, para a aquisição de vacinas e insumos na luta contra a Covid-19.

"Em São Paulo, por exemplo", destacou a secretária, "vacinamos, cerca de 150 mil pessoas ao dia, ainda que pudéssemos vacinar quatro vezes mais, com acesso aos insumos necessários". "A municipalização da política sanitária é inevitável e indispensável. O 'Conectar' é expressão dessa necessidade", explicou. Marta, que tem uma vasta experiência política, parlamentar e administrativa, foi indicada pelo prefeito Bruno Covas para liderar as articulações internacionais na busca de mais vacinas e insumos para que SP possa enfrentar com sucesso a trágica pandemia da Covid-19. Acompanhe a entrevista na íntegra.

HORA DO POVO: A senhora foi encarregada pelo prefeito Bruno Covas de representar o consórcio de saúde Conectar, que reúne mais de 1.890 municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes. Como vê a importância desta iniciativa dos prefeitos neste momento grave da pandemia de Covid-19?

MARTA SUPLICY: Estamos no pior momento dessa crise que já dura mais de um ano. Atualmente, o número de mortes tem aumentado progressivamente, enquanto a quantidade de vacinas cai de forma acentuada. E nos municípios que essencialmente se faz o combate à Covid-19 e, por isso, essa iniciativa é tão importante. Além disso, a mobilização dos prefeitos é crucial dado o histórico da gestão da crise pelo Governo Federal. Em São Paulo, por exemplo, vacinamos, cerca de 150 mil pessoas ao dia, ainda que pudéssemos vacinar quatro vezes mais, com acesso aos insumos necessários. A municipalização da política sanitária é inevitável e indispensável. O CONECTAR é expressão dessa necessidade.

"A municipalização da política sanitária é inevitável e indispensável"

HORA DO POVO: Marta, você tornou-se se a responsável pelas articulações no exterior para a obtenção de mais vacinas e insumos para a cidade de São Paulo. Como pretende cumprir essa missão já que a aquisição de mais vacinas passou a ser o maior anseio da população paulistana e brasileira?

MARTA SUPLICY: Nós colocamos em prática um Plano de Ação Trilateral. Na frente multilateral, estamos em contato direto com os gabinetes da ONU, da OMC e da OMS, mantendo, no dia 8 de abril, uma reunião com a Dra. Socorro Gross, representante da OPAS no Brasil. Mantemos também contatos bilaterais, com os Estados Unidos, China, Índia e Rússia. Tivemos reuniões com nossos parceiros internacionais e comunicamo-nos, por exemplo, com a Vice-Presidência dos Estados Unidos, bem como com as presidências das comissões de exteriores das duas casas legislativas americanas. Finalmente, é essencial também o diálogo com as companhias farmacêuticas como a Pfizer e a AstraZeneca. Nosso objetivo é conseguir vacinas para salvar vidas.

"Nosso objetivo é conseguir vacinas para salvar vidas"

Nossos diálogos não levam em conta considerações políticas, por isso mantemos diversos canais de diálogo abertos. Pedimos apoio de nossos aliados para intercederem em seus governos e com as fornecedoras

de vacinas em um esforço para despolitizar a compra de vacinas e parar o jogo político que agora domina a nova diplomacia da saúde. A cooperação e o multilateralismo são os melhores instrumentos para combater a pandemia.

HORA DO POVO: Há cerca de um mês o prefeito Bruno Covas anunciou a intenção de adquirir 5 milhões de doses da vacina da Jansen. Esta iniciativa já está incluída nos planos do Consórcio? É possível que o consórcio amplie esse número de imunizantes acertados com o laboratório americano?

MARTA SUPLICY: O Consórcio e o Brasil enfrentam um grande problema: a falta de insumos para a produção de vacinas e a indisponibilidade de compra de vacinas prontas para o uso. O CONECTAR está disposto a imediatamente adquirir 20 milhões de doses de vacina. Nossa intenção é conseguir essas doses tanto por meio de aquisição ou empréstimo, tão logo quanto seja possível efetuar essa compra.

"O CONECTAR está disposto a imediatamente adquirir 20 milhões de doses de vacina"

HORA DO POVO: Há uma grande demanda mundial por vacinas e insumos. São Paulo é uma cidade produtora de vacinas e de insumos, mas a pandemia está colocando a capacidade produtiva além das necessidades. A senhora acha que terá sucesso na busca de ajuda em outros países para fazer frente a esse desafio?

MARTA SUPLICY: Atualmente, o mercado de vacinas está saturado com excesso de demanda e oferta que nem se aproxima do suficiente. Por isso, nossas conversas com diversos parceiros são tão importantes, para estarmos presentes nas mesas de negociação para garantir a vacinação no Brasil. Nosso país tornou-se o epicentro da pandemia e isso não pode ser ignorado pelos países detentores de vacina. Além disso, o Brasil alimenta o planeta. Com compradores internacionais hesitando em adquirir nossos produtos por receio que nossas exportações sejam vetor de contágio, a crise sanitária pode evoluir para uma crise alimentar mundial. A situação atual do país ameaça também a paz e a segurança regional, dado que nossos vizinhos têm muito contato com o Brasil e, em muitos casos, dependem dessa relação bilateral.

Estamos otimistas com a Butanvac, que poderá, no médio prazo, usada no Brasil ou vendida, a preços menores do que as atuais vacinas, para o mundo. Ao passo que a vacinação evolui em países como os EUA e a China, a perspectiva brasileira de um incremento de vacinação melhora, com uma eventual maior disponibilidade de vacinas, que podem ser adquiridas diretamente ou por meio da OMS e o Covax Facility.

HORA DO POVO: Como vê a atuação do governo federal nessas articulações internacionais por vacinas. Acha que ele poderá ajudar de alguma forma ou seguirá atrapalhando como tem feito até agora?

MARTA SUPLICY: Representamos cerca de 150 milhões de brasileiros que querem a vacina o quanto antes. A pandemia mostra seu custo em vidas. Sabemos que o Governo Federal recusou o recebimento de 40 milhões de doses de vacina, articulado pelo Covax Facility da OMS e da descoordenação dos esforços de vacinação. Apesar disso, estamos em contato com o Ministério da Saúde, o que é indispensável. Todas as vacinas que adquirirmos integrarão o Plano Nacional de Vacinação. O SUS tem um potencial extraordinário e continuará a desempenhar um papel admirável, contanto que se tenha as vacinas. Estamos tentando recuperar o tempo perdido e cooperação em todos os níveis da Administração Pública é essencial.

SÉRGIO CRUZ



Ex-prefeita da capital paulista informou que já está em contato, através do consórcio, com a ONU, a OMC, a OMS e com as empresas farmacêuticas

Butantan divulga estudo de eficácia da CoronaVac e aponta imunidade contra as variantes brasileiras

Um estudo clínico final sobre a CoronaVac divulgado no último domingo (11) mostra que a eficácia da vacina é maior do que nos resultados iniciais divulgados entre dezembro e janeiro. O estudo foi feito pelo Instituto Butantan, que produz a vacina em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac.

Segundo artigo científico encaminhado para revisão e publicação na revista científica Lancet, a eficácia para casos sintomáticos de Covid-19 atingiu 50,7%, ante os 50,38% informados inicialmente. Ou seja, a vacina reduz pela metade os novos registros de contaminação em uma população vacinada.

"Esse estudo corrobora o que já havíamos anunciado há cerca de três meses e nos dá ainda mais segurança sobre a efetiva proteção que a vacina do Butantan proporciona. Não resta nenhuma sombra de dúvida sobre a qualidade do imunizante", considerou Dimas Covas, presidente do Instituto Butantan.

Desde 17 de janeiro o governo de São Paulo já distribuiu 39,2 milhões de doses da vacina aos brasileiros. Até 30 de agosto, o número deve chegar a 100 milhões de vacinas.

O estudo aponta ainda que a eficácia da CoronaVac pode chegar a 62,3% com um intervalo de mais de 21 dias entre as duas doses da vacina. E aponta que a eficácia mínima da vacina

já aparece na segunda semana depois da primeira dose.

O índice de eficácia global aponta a capacidade do imunizante de proteger em todos os casos – sejam eles leves, moderados ou graves. O número mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e também pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é de 50%.

Os resultados também apontaram que para os casos que requerem assistência médica a eficácia da vacina variou entre 83,7% e 100%, quando o estudo preliminar que subsidiou a autorização do uso emergencial do imunizante no país indicava entre 78% e 100%.

Na prática, os resultados significam que a CoronaVac tem potencial de reduzir pela metade (50,7%) os novos registros de contaminação em uma população vacinada e reduzir a maioria (83,7%) dos casos leves que exigem algum cuidado médico.

Participaram do estudo, realizado entre 21 de julho e 16 de dezembro de 2020, 12.396 participantes, todos voluntários, em 16 centros de pesquisa brasileiros. Todos receberam ao menos uma dose da vacina ou placebo. Desse total, houve 9.823 participantes receberam as duas doses. Nenhum dos voluntários morreu por Covid-19 durante o estudo.

O estudo mostra ainda que

a CoronaVac se revelou eficaz na proteção contra as variantes brasileiras P1 e P2 do vírus Sars-Cov-2, por se tratar de uma vacina feita a partir do vírus inativado.

Segundo Ricardo Palácios, diretor de pesquisa clínica e coordenador do estudo final da fase 3 da vacina, a CoronaVac atua com as variantes P1 e P2 do mesmo modo que atua com a variante clássica. "O que nós esperávamos é que está sendo uma vacina de vírus completo inativado, ela tinha uma maior resistência a perdas de neutralização perante às variantes e isso foi confirmado pelos dados laboratoriais, efetivamente tanto a cepa P1 como a P2 elas são neutralizadas de forma análoga a como é a variante clássica", diz.

Ele explica que chegaram à conclusão. "Foram realizados estudos de neutralização nos quais faz um cultivo do vírus em um conjunto de células. Esse vírus, ele começa a causar dano e se coloca em diluições do soro das pessoas vacinadas. Esse soro tem os anticorpos, o dano da célula é detido, não acontece. Então, dessa forma, sabemos que o vírus foi neutralizado. E esses testes de laboratórios foram realizados em laboratórios de biossegurança 3, em conjunto com colegas do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo", completou.



Henry Borel, de 4 anos, foi morto após ser espancado pelo padrasto

Acusado de matar Henry, Dr. Jairinho é suspeito de envolvimento com milícias

A morte do menino Henry Borel, de apenas 4 anos, espancado dentro de casa no Rio de Janeiro, levantou muitas suspeitas e acerca dos apontados pela polícia como os responsáveis pelo crime: o vereador carioca Dr. Jairinho, padrasto da criança e Monique Medeiros, mãe de Henry.

Na última quinta-feira (8), os dois foram presos. A prisão preventiva se deu pela suspeita de homicídio duplamente qualificado, com emprego de tortura e sem chance de defesa para a vítima, por atrapalhar as investigações e por ameaçar testemunhas para combater versões.

O laudo pericial do caso do menino Henry Borel revelou a existência de 23 escoriações diferentes pelo corpo, e que a possibilidade de ter sido um acidente doméstico foi totalmente descartada.

Os peritos afirmaram que as 23 lesões encontradas em Henry "apresentavam características condizentes com aquelas produzidas mediante ação violenta (homicídio)". Entre essas lesões, estão, por exemplo, a laceração no fígado, danos nos rins e a hemorragia na cabeça do garoto.

Nesta segunda-feira (12), a Justiça do Rio de Janeiro negou pedido de habeas corpus ao casal feito pelas defesas. Na decisão, o desembargador Joaquim Domingos de Almeida Neto, da 7ª Câmara Criminal do TJ-RJ destacou que a prisão temporária cabe quando é "imprescindível para as investigações do inquérito policial". Para ele, o argumento da defesa de substituir a determinação por medidas cautelares só se aplica em casos de prisão preventiva.

A Polícia Civil investiga agora porque o menino demorou 39 minutos para ser socorrido pela mãe e pelo padrasto, após a sessão de tortura que terminou com a sua morte. Além disso, também há suspeitas de ameaças e omissão de provas, realizadas pelo vereador a testemunhas do caso, como a babá da criança.

A morte de Henry trouxe novamente à tona muitas suspeitas com relação ao político de Bangu desde seu envolvimento com o ex-prefeito Marcelo Crivella e as ligações de sua família com a milícia carioca.

A família de Dr. Jairinho é considerada muito influente na política carioca, principalmente na região de Bangu, na zona oeste carioca. Apesar de formado em medicina, nunca exerceu a profissão.

Seu pai, o coronel Jairo, ex-policia militar, que foi parlamentar de 2003 a 2018, é citado na CPI das Milícias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), por conta da ligação à Liga da Justiça. Ele foi preso pela Operação Furna da Onça que investigou corrupção de deputados estaduais em 2019.

Crivella e Bolsonaro Na gestão do bispo da Igreja Universal, Marcelo Crivella, à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro, Dr. Jairinho assumiu a liderança do governo na Câmara dos Vereadores.

Durante a campanha eleitoral de 2020, quando o Dr. Jairinho era candidato à reeleição, o vereador participou de uma live com o então prefeito Marcelo Crivella. Jairinho era líder do governo na Câmara dos Vereadores.

Na conversa entre os dois, o vereador elogiou a atuação de Crivella durante a pandemia de Covid-19 e perguntou a necessidade de ser "exemplo para nossos filhos".

Na live com Crivella, ele disse que Deus era o responsável pelas sucessivas eleições. "Eu estou indo pro meu quinto mandato. Vou de novo usar a frase: Teu tesouro é onde está o seu coração. Se você não coloca a semente boa, você não frutifica. Deus me abençoou me dando esses mandatos porque por onde eu passei a gente conseguiu dar a nossa palavra e fazer com que a nossa palavra valesse, né? E é por isso que Deus nos abençoou dando esses mandatos. E eu acredito que faremos o que poder para consertar aquilo que ficou pra trás, né?"

O vereador também pediu para Deus abençoar Jair Bolsonaro em uma live ancorada pelo ex-prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, em 2020.

"Eu já falei que é um grande orgulho meu 'comandamento' na cidade do Rio de Janeiro, poder na Câmara dos Vereadores liderar seu governo. (...) Prefeito, nós já conversamos sobre tudo. Queria pedir que Deus abençoe nosso presidente, Jair Bolsonaro. Está do nosso lado, né?"

Doutor Jairinho também foi acusado de envolvimento com milícias do Rio de Janeiro em 2008, quando uma equipe de reportagem do jornal "O Dia" foi torturada por milicianos na Favela do Batan, na Zona Oeste carioca. Naquela ocasião, o coronel Jairo foi apontado como um dos políticos envolvidos com os criminosos.

"A repórter reconheceu a voz de um vereador, filho de um deputado estadual. E ele a reconheceu. Recomeçou a porradaria. Esse político me batia muito. Perguntava o que eu tinha ido fazer na Zona Oeste. Questionava se eu não amava meus filhos".

A Polícia Civil do Rio de Janeiro chegou a investigar o deputado Coronel Jairo seguindo a denúncia de que um de seus assessores, de nome "Betão", havia abordado a equipe de reportagem antes da apuração jornalística começar. O inquérito policial, contudo, não foi o suficiente para indicá-lo.



País enfrentou a pior semana epidemiológica desde o início da pandemia

Brasil ultrapassa 350 mil óbitos por Covid-19

O Brasil registrou nas últimas 24 horas 2.616 óbitos pela Covid-19, o acúmulo de 71.832 novos casos. Desde o início da pandemia, são 351.334 óbitos em função do coronavírus, com 13.445.006 contaminações registradas oficialmente. Os dados são fornecidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Neste sábado, 10 de abril, o Brasil fecha a pior semana epidemiológica da pandemia de Covid-19 desde seu início, com 21.141 mortos. A média móvel dos últimos sete dias voltou a subir, ultrapassando mais uma vez a marca de 3 mil óbitos, chegando a 3.020.

Outro dado preocupante são os números da plataforma UTIs Bra-

sileiras, da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), que apontam que, pela primeira vez desde o início da pandemia, as pessoas com menos de 40 anos são a maioria dos internados em unidades de terapia intensiva (UTI).

Segundo a Amib, houve um aumento expressivo no número de pacientes graves com necessidade de ventilação mecânica sem nenhuma comorbidade.

Em março, 52,2% das internações em UTI no país foram de pessoas com até 40 anos e o percentual de pacientes que precisou de ventilação mecânica chegou a 58,1% do total.

Segundo a pesquisa da Amib, antes de os jovens serem a maioria dos internados em UTI em março, no período compreendido entre dezembro de 2020 e feverei-

ro de 2021 o segmento de pessoas com menos de 40 anos correspondia a 44,5% do total em UTI.

MAIS MORTES POR MILHÃO

O Brasil também superou o Peru e se tornou o país da América Latina com mais mortes per capita de Covid-19.

Segundo os dados do Worldometer deste sábado (10), o país chegou a 1.644 mortes por milhão de habitantes, contra 1.640 do Peru.

De ontem para hoje, o Brasil superou também a Espanha, que tem 1.632 mortes por milhão de habitantes. Em números gerais do continente americano, o país só está atrás dos Estados Unidos que possui uma taxa de 1.731 mortes para cada milhão de habitantes.

74% dos reajustes salariais foram menor que a inflação em fevereiro



Com aumento de preços de alimentos, desvalorização salarial é ainda maior



Órgão suspendeu concurso para 204 mil pesquisadores do Censo IBGE suspende concurso por falta de verba e país poderá ficar sem Censo este ano

Após o corte de 96% dos recursos destinados ao Censo Demográfico, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) suspendeu o concurso para a contratação de funcionários temporários para o Censo de 2021.

O IBGE deveria receber R\$ 2 bilhões para a realização do Censo, mas com o corte, aprovado na votação do orçamento da União para 2021, vai receber cerca de R\$ 70 milhões, o que, segundo o Instituto, inviabiliza a realização do Censo. Seriam 204 mil contratações, sendo 181.898 mil vagas para recenseador e 22.409 para agente censitário municipal e supervisor.

A presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, pediu demissão logo após o anúncio do corte de recursos, no final de março.

Para o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, a realização do Censo em 2021, além de ser obrigatório, é essencial, em especial nesse momento da pandemia, para termos a exata noção da realidade. Como exemplo ele cita a estimativa que vem sendo feita por especialistas e pesquisadores de que esse ano, “pela primeira vez na história do país, o número de mortes vai superar o número de nascimentos”.

“Censo é fundamental para futuro do país”, afirma presidente do IBGE ao deixar cargo

A presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Susana Cordeiro Guerra, que deixa o cargo nesta sexta-feira (9), afirmou em carta de despedida aos funcionários do órgão, que “o IBGE é uma verdadeira joia no serviço público brasileiro”.

Em sua despedida, Susana ressaltou a importância da realização do Censo Demográfico, que está ameaçado devido aos cortes de verbas ao Instituto. “O IBGE precisará realizar o Censo Demográfico, operação que mais do que nunca será fundamental para o futuro do Brasil. O Censo funciona como uma plataforma de inteligência que viabiliza e aprimora a tomada de decisões de políticas públicas nos 5.570 municípios do país”, afirma.

Segundo ela, “a importância do Censo é reafirmada pelo próprio contexto de pandemia, que coloca ao país uma ampla gama de profundos desafios. O Censo é crítico nesse processo, uma

vez que só ele será capaz de revelar, com precisão, essa realidade, subsidiando assim a tomada de decisões e a formulação de políticas públicas”.

No texto, Susana ressaltou a que o instituto é essencial para a formulação das políticas públicas do país, as pesquisas semanais divulgadas pelo IBGE sobre o mercado de trabalho, emprego e acesso ao auxílio emergencial para avaliação dos impactos econômicos durante a pandemia e o empenho dos servidores.

Embora na carta ela informe que deixa o cargo por “motivos pessoais e familiares”, é importante ressaltar que Susana anunciou sua saída da presidência um dia após o corte de 90% no orçamento do IBGE para o Censo Demográfico, no final de março, quando ficou evidente a inviabilidade da coleta de dados em mais de 70 milhões de lares brasileiros, previsto para iniciar em agosto.

Após o anúncio do corte no orçamento, o IBGE suspendeu no início dessa semana o concurso para a contratação

brasileiro, nós só temos no censo a cada 10 anos. Não podemos ficar sem censo, porque sem censo, um país não se conhece, e um governo não planeja o futuro”, disse.

O Censo Demográfico acontece desde 1940 e, conforme previsto em lei, deve acontecer a cada dez anos. O levantamento que deveria ter acontecido no ano passado foi cancelado por causa da pandemia e transferido para esse ano.

“O IBGE vem trabalhando desde o ano passado no planejamento do censo. A nossa expectativa ainda é conseguir realizar, mas aguardamos a negociação entre o Ministério da Economia e o governo para saber se isso será viável do ponto de vista orçamentário”, afirmou o coordenador de Recursos Humanos do IBGE, Bruno Malheiros.

Em nota, o IBGE afirma que ainda avaliará com o organizador do concurso um novo planejamento para aplicação das provas, “a depender de um posicionamento do Ministério da Economia acerca do orçamento do Censo Demográfico”.

As contratações para agentes censitários deveriam acontecer no dia 31 de maio e para recenseadores, em julho.

de 200 mil funcionários temporários para a realização do Censo, que por lei deve acontecer a cada dez anos e já deveria ter ocorrido no ano passado, quando foi suspenso por causa da pandemia.

Ao concluir a carta, Susana agradece “a todos os ibgeanos que, nesses últimos dois anos, dedicaram-se de forma extraordinária para que, juntos, pudéssemos enfrentar com técnica, profissionalismo, galhardia, e serenidade os desafios que nos foram impostos. O talento, o trabalho árduo e a resiliência dos ibgeanos foram e continuarão sendo fundamentais nesta trajetória. Foi um grande privilégio e uma grande honra ter servido a este Instituto singular”.

Susana Guerra, que ficou na presidência do órgão durante dois anos e dois meses, foi indicada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, e não teve nenhum apoio público do Ministério quando foi anunciado o corte no orçamento do Censo, de 2 bilhões para 71 milhões.

De acordo com estudo da Fipe, 74,7% dos reajustes negociados ficaram abaixo do INPC. No mês anterior índice foi de 61,8%

As negociações salariais coletivas realizadas em fevereiro acentuaram a perda do poder de compra dos salários dos brasileiros. De acordo com estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), em sua análise do Salário-índice, no referente mês, 74,7% dos reajustes negociados ficaram abaixo do índice de inflação.

No mês anterior, o índice de reajustes negociados que ficaram abaixo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) foi de 61,8% das negociações, apontando para o aumento da desvalorização salarial.

Com as negociações rebaixando salários, e a alta dos preços de alimentos, gás de cozinha, energia elétrica e transportes, verificadas nos últimos meses, o trabalhador perdeu poder de compra. Segundo reportagem da Folha, com base em estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeco-

nômicos), em fevereiro, os salários perderam, em média 0,55%.

Isso se soma aos cortes salariais que já vinham acontecendo desde o ano passado, quando 9,9 milhões de trabalhadores tiveram seus salários reduzidos com o programa de manutenção do emprego, do Ministério da Economia, que reduziu jornada e salários.

De acordo com a pesquisa da Fipe, o INPC acumulado nos últimos 12 meses foi de 5,5%. No entanto, a média dos reajustes salariais foi de 4,8% e o reajuste médio ficou em 5,4%.

“O desemprego nas alturas, 70% dos acordos salariais não repuseram a inflação, que explodiu. Alimentos, combustíveis, gás e outros itens básicos aumentaram, as famílias empobreceram. Meia dúzia de magnatas adulam o genocida. Falta compromisso com o país”, afirmou o deputado federal Orlando Silva (PCdoB) nas redes sociais ao comentar o resultado da pesquisa.

“Imunidade coletiva não pode ser estratégia de combate à pandemia”, afirma USP em nota

A Congregação da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) divulgou nota técnica, no último dia 29, em que enfatiza que a imunidade coletiva não pode ser uma estratégia de combate à Covid-19, principalmente diante de uma pandemia cujos efeitos a longo prazo ainda são desconhecidos.

“É ilusório esperar que a progressão da epidemia leve a seu próprio controle. Ao contrário, as condições de intensa e contínua transmissão favorecem a aparição de novas variantes do vírus”, diz a nota.

O documento enfatiza ainda que, com a falta de uma campanha nacional de prevenção da doença, a estrutura do Sistema Único de Saúde não consegue suportar a demanda.

“A taxa de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos no SUS indica uma situação crítica no mês de março de 2021. Até o dia 22, os Estados apresentavam taxas entre 85% e 94% na Região Sudeste, entre 90% e 106% na Região Centro Oeste, entre 96% e 97% na Região Sul, entre 83% e 97% na Região Nordeste e entre 64% e 100% na Região Norte. O colapso do sistema na maior parte do país põe em risco o atendimento para pacientes complexos que necessitem de cuidados intensivos”, diz a nota.

A Congregação denuncia ainda a falta de prioridade dada à saúde pública por parte do governo Bolsonaro, que nem durante a pandemia destinou os recursos necessários.

“Em 2021, a alocação orçamentária para ações e serviços públicos de saúde no Ministério da Saúde corresponde a apenas R\$ 123,8 bilhões. Trata-se de montante inferior à 2020 (R\$ 125,2 bilhões) e equivale ao valor do piso gasto em 2017, desconsiderando o crescimento populacional e a intensificação da pandemia. Durante o ano da pandemia de 2020, o gasto para o seu enfrentamento da pandemia foi baixo, correspondendo a apenas R\$ 39,4 bilhões (valores pagos), sendo 31,5% do total do orçamento do Ministério da Saúde para 2020, assim distribuídos: 22,8% em transferências para Estados e Distrito Federal; e 58,6% em transferências para os Municípios; 14,4% para aplicação direta pelo

MS e 4,0% para transferência ao exterior”, denuncia a nota.

Em entrevista ao Jornal da USP, a professora responsável pela nota técnica, Claudia Moreno, do Departamento de Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade da FSP da USP, afirmou que o que o governo Bolsonaro tem feito é promover o espalhamento do vírus e o agravamento da pandemia. A professora explica que a imunidade coletiva só pode ser alcançada a partir da vacinação de 70% a 90% da população.

Claudia destacou que a defesa da imunidade coletiva – por meio do contágio em massa – está associada a uma propaganda contra a saúde pública realizada pelo próprio governo, através de discursos que minimizam a gravidade da doença e atitudes como a promoção de aglomerações. Além disso, o desencontro entre os discursos políticos, segundo a professora, gera um trânsito de informações falsas e discursos distorcidos, confundindo a população e levando ao descrédito de informações técnicas e científicas.

A nota técnica da FSP enfatiza que não há nenhuma contradição entre proteção da economia e proteção da saúde, e que essa é uma falsa oposição que precisa ser desfeita.

“Essas coisas têm que ser feitas em conjunto, por isso é importante a discussão da crise sanitária a partir de políticas de saúde pública”, afirma a professora.

A Congregação da FSP também aponta que já faltava investimentos adequados no SUS, mas que é exatamente ele, mesmo sem ter recebido recursos financeiros suplementares em 2020, quem está evitando que a catástrofe sanitária seja ainda maior.

De acordo com a professora, o SUS tem capacidade para agilizar o processo fundamental de vacinação, desde que tenhamos as doses necessárias. Ela também destaca que os cuidados paliativos, como da utilização de máscaras, do isolamento físico e da higienização das mãos, principalmente enquanto não se alcança uma quantidade ideal de vacinados e não se tem conhecimento suficiente a respeito das variantes surgidas a partir de mutações do vírus, são essenciais para o combate da doença.



Deputados apresentam proposta alternativa à PEC do governo que ataca serviços públicos

Um projeto alternativo ao texto da reforma administrativa (PEC 32), elaborado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) em parceria com entidades como o Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), já está pronto e agora necessita de 171 assinaturas para ser apresentado na Comissão Especial da Câmara.

O texto altera diversos pontos da proposta original que tramita no Congresso Nacional e o principal deles é o que trata da estabilidade do funcionalismo público, já que a PEC 32, proposta pelo Governo Federal, prevê o fim da estabilidade para futuros servidores.

O presidente do Fonacate, Rudinei Marques, ressaltou o resultado do trabalho e salienta a importância, agora, “da coleta das assinaturas assim como a realização das audiências públicas, prometidas pelo relator da PEC 32/2020 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputado Darci de Matos (PSD/SC)”.

Para o diretor da Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) e coordenador da Comissão Parlamentar do Fonacate, Celso Malhani, mesmo que o momento de pandemia dificulte o acesso aos deputados, “vamos lutar para impedir as injustiças previstas no texto original da reforma administrativa”.

“A frente defende essa garantia [estabilidade] para todo o funcionalismo, sem divisões dentro do setor público”, ressaltou o presidente do bloco, Israel Batista (PV-DF).

“Também queremos manter o regime jurídico único, que a PEC acaba”, afirmou Israel Batista.

A proposta da Frente também extingue o “princípio de subsidiariedade”, previsto na PEC e que abre possibilidade para a terceirização no setor público.

A emenda substitutiva global foi autenticada na quarta-feira, pelo secretário-geral da Servir Brasil, deputado André Figueiredo (PDT/CE).

Federações debatem ação para barrar privatização dos Correios

Nesta terça-feira (6), as entidades representativas dos trabalhadores dos Correios (ECT) se reuniram com deputados de três frentes parlamentares para debater ação conjunta contra a privatização da empresa, pretendida por Bolsonaro. O objetivo do movimento é reunir parlamentares, partidos, trabalhadores e entidades da sociedade civil para barrar o projeto do governo que pretende entregar os serviços postais para o setor privado.

O encontro foi realizado pela Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores da ECT (Finctect), Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fendect), Associação dos Analistas de Correios do Brasil (AACB), Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP), Associação Nacional dos Trabalhadores da ECT (ANATECT) e Federação dos Aposentados, Aposentáveis e Pensionistas dos Correios e Telégrafos (FAACO).

A reunião aprofundou a discussão sobre os projetos de lei (PL) 7488/2017, que trata da quebra do monopólio, e do PL 591/21 que busca permitir a quebra do monopólio a partir da possibilidade da exploração dos serviços postais pelo setor privado, hoje sobre monopólio da estatal, e da criação de agência reguladora para o setor.

O encontro reforçou a importância de se debater a questão junto os parlamentares no Congresso Nacional, além de continuar as mobilizações da categoria e o diálogo com a sociedade em busca de demonstrar os impactos para o país com a privatização

dos Correios, estatal estratégica que garante os serviços postais em todos o território nacional.

Em nota, a Finctect afirma que é uma aberração propor a privatização dos Correios “num momento em que o papel do estado dos serviços públicos e estatais é ressaltado e resgatado em todo o planeta. E aqui se vê o caminho contrário, com a diminuição do estado e dos direitos dos trabalhadores”.

“A ECT é uma empresa estratégica, integradora da enorme diversidade existente no país, a única que está presente em todas as comunidades, com importante participação na história cultural, afetiva e econômica do país. Além disso, ao contrário do que diz a direção da empresa e o governo, o potencial de crescimento e lucro futuro dos Correios é enorme, devido ao grande crescimento do setor de e-commerce em todo o planeta”, afirma a entidade no documento.

Participaram da reunião o deputado Leonardo Monteiro e o senador Paulo Rocha, pela Frente em Defesa dos Correios, o deputado Pompeo de Mattos, representando a Frente Parlamentar em Defesa da Soberania e os deputados Patrus Ananias e Enio Verri pela Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Públicas.

Também participaram para manifestar apoio à luta os deputados Helder Salomão, Vicentinho, Érica Kokay, Rogério Correa, Bira do Jô, Ricardo, Zé Neto, José Ricardo, Daniel Almeida e Reginaldo Lopes.

Irã exige dos EUA a retirada das sanções à sua venda de petróleo



Irã denunciou Israel por ataque cibernético à central nuclear de Natanz

“Constituinte é a chave da construção do Chile independente”, diz Hugo Gutiérrez

“A Constituinte é a chave para a construção do Chile independente e soberano”, afirma o advogado e ex-deputado federal Hugo Gutiérrez, para quem as primeiras pedras do rico processo foram “lançadas no levante popular de novembro de 2019 contra o aumento do metrô, com o povo saindo às ruas e exigindo justiça social”. Inicialmente o processo eleitoral da nova Carta Magna estava marcado para este domingo (11), mas devido ao agravamento da pandemia foi adiado para 15 e 16 de maio.

Defensor de presos políticos da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), perseguido pelo desgoverno de Sebastián Piñera, candidato à Assembleia Constituinte pelo Partido Comunista, Hugo acredita que a demanda da lei maior não estava inicialmente na agenda.

“Os manifestantes começaram rapidamente a identificar a manutenção da Constituição feita durante a ditadura com a fonte de desigualdade e injustiça. Viram que a legislação tinha como propósito blindar a própria existência do modelo econômico neoliberal”, assinala.

Consequentemente, avalia o advogado, “isso foi sendo identificado pelos manifestantes como a necessidade de rebelião contra os abusos, houve um curto percurso na pedagogia social e uma veloz aprendizagem”. E qual foi a resposta de Piñera, questionou. “Inicialmente reprimir, colocando as Forças Armadas nas ruas. Posteriormente, com o calendário constituinte, cedaram, procurando evitar que os manifestantes dessem o último passo e chegassem ao último degrau, superando o governo oligárquico”.

De acordo com Hugo, “precisamos partir da soberania popular” para que a Constituinte possa cumprir com o seu papel estratégico. “O povo entendeu que o modelo neoliberal é a fonte dos mais perversos abusos. Quando alguém vai participar deste processo constituinte, parte da compreensão de que é necessário avançar. O que significa isso? Significa que a nova Constituição política necessita reconhecer direitos, porque todo homem e mulher tem dignidade e, portanto, direitos. Então é preciso reconhecer os tratados universais dos direitos humanos. Mas é óbvio que o reconhecimento não basta, é necessário que eles estejam legalizados e cumpridos”. A existência de cortes internacionais se soma para respaldar esta cobrança e a sua execução, acrescenta.

“Pois como satisfazer o direito à moradia, à saúde, à educação, ao trabalho digno e decente, com um Estado precário? Porque o Estado neoliberal é militarmente potente para reprimir, mas economicamente precário para atender as demandas sociais”, denun-



cia Hugo. Por isso, “o que se requer é a recuperabilidade do Estado, como depositário da soberania popular, capacitado para resolver a demanda de direitos”.

COBRE E LÍTIO

“Conforme a Constituição Política do Chile hoje vigente, o cobre é chileno, não necessita ser nacionalizado, da mesma forma que o lítio. O problema está em que muitos destes recursos naturais estratégicos foram entregues a grupos privados por meio de três subterfúgios, entre eles a chamada lei de concessões mineiras, que permitiu que tais riquezas, mesmo sendo de propriedade dos chilenos e chilenas, estejam hoje em mãos privadas, muitas delas transnacionais”.

No entendimento de Hugo, uma questão chave é a retomada do Estado como patrimônio público para o povo, o que “significa recuperar as empresas do Estado, vendidas a preço vil, como as empresas portuárias, elétrica, sanitária, aérea, de aço e carvão. Ou seja, recuperar todas as empresas entregues para que uma meia dúzia se enriquecesse”. Outra questão a ser enfrentada, propõe, “é a recuperabilidade dos recursos naturais entregues ao setor privado”, o que necessitará da alteração da legislação vigente. “O desafio da nova Constituição é que todas essas concessões terminem e que esses recursos naturais sejam recuperados como propriedade do povo do Chile”.

Outro ponto fundamental, argumentou o defensor dos direitos humanos, é a elaboração de uma nova estrutura tributária, onde os ricos paguem impostos e, eventualmente, se paguem royalties. “É necessária uma reestruturação de impostos para que a tributação não continue recaindo sobre os pobres por meio do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). Atualmente são os pobres que mantêm funcionando o Estado do Chile, que é hoje um Estado pobre”.

O advogado defende que, “tendo o Estado como protagonista da economia e não mais como subsidiário, será preciso pensar em que dimensão se dará esse protagonismo”. “Há muito que sustentamos a necessidade de superar esse modelo extrativista-rentista, altamente excludente. O que temos atualmente é a extração de matérias-primas para serem enviadas ao

exterior sem agregar valor. É óbvio que para o Estado ser protagonista necessita cumprir um papel chave no desenvolvimento, na investigação, na ciência e na tecnologia, a fim de fazer com que melhorem nossa inserção no mercado internacional e que não sejamos mais uma peça descartável no mundo. Precisamos dizer como participaremos”, propõe.

DOARAM PATRIMÔNIO

Portanto, compreende, uma das formas de recuperação do Estado chileno “para que possa garantir direitos” é o estabelecimento do royalty mineiro. “Porque de nada adianta aprovar direitos se não garantimos como vamos satisfazê-los”. Porque a realidade, denuncia, “é que os privatistas entregaram as empresas e os recursos naturais do Estado e ficaram só com a carga, com a sobrecarga”. A situação é tão absurda, exemplifica, que a Corporação Nacional do Cobre (Codelco), que antes aportava 30%, hoje contribui somente 7% em termos de imposto.

“Falei de estatais, recursos naturais e de um novo sistema tributário, de impostos. Mas isso não basta. As Forças Armadas que hoje servem à oligarquia chilena precisam estar totalmente subordinadas ao poder popular. Porque se continuarmos atuando contra a democracia, tudo o que estamos falando é letra morta, e continuaremos sentindo na pele os abusos de todo tipo. Nós reconhecemos abusos econômicos, abusos sociais, mas há também os de direitos humanos”, pondera.

Além desta questão, Hugo quer ver incorporada na agenda o tema da democratização dos meios de comunicação e da valorização cultural. “Precisamos da valorização da cultura popular, com um povo organizado e participe de toda nossa vida política e social”.

Especificamente em relação à democratização da mídia, Hugo entende que “é preciso permitir que a população se organize em emissoras de televisão populares, em rádios comunitárias, em jornais impressos e sites, mas, acima de tudo, é necessário que se expresse como poder popular, estruturado, a apontar o caminho e que tenha incidência para se contrapor ao poder que está em mãos da oligarquia e que não é confrontado”.

Sindicalista Pedro Castillo vence 1º turno nas eleições presidenciais peruanas

O professor e sindicalista Pedro Castillo, do partido Peru Livre, assegurou sua participação no segundo turno das eleições presidenciais de 6 de junho.

Castillo lidera com 19% dos votos, contra 13,3% de Keiko Fujimori, filha do ditador Alberto Fujimori, o neoliberal Hernando de Soto ficou em terceiro com 11,9%.

Além da enorme fragmentação em 18 candidatos, as eleições gerais deste ano foram marcadas pelo “amplo absenteísmo”, já que praticamente 4,8 milhões de votantes – o equivalente a 27% – não compareceram às urnas. Também houve atomização na disputa para as 130 cadeiras do Congresso, que é unicameral, porém assim como Castillo o partido que o lançou, Peru Livre, surpreendeu e fez maioria no parlamento.

O Peru vive uma grave crise institucional, que vem se arrastando e aprofundando a desilusão com a política. Sete dos seus dez presidentes desde os anos 80 foram presos envolvidos em escândalos de corrupção. Um se suicidou. Entre os ex-presidentes que se encontram encarcerados está Alberto Fujimori, pai de Keiko, acusado de perseguir, sequestrar e matar opositores, transformando o país andino numa ditadura sanguinária de 1990 a 2000. Entre outros crimes, Fujimori esterilizou mais de 300 mil mulheres pobres e indígenas com o apoio dos Estados Unidos.

LIDERANÇA POPULAR

Com 51 anos, Pedro Castillo ficou conhecido ao comandar uma prolongada greve nacional do magistério em 2017 e tem entre suas principais propostas a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O candidato defende que “a estatização ou nacionalização das principais jazidas minerais, petrolíferas, de gás e centros energéticos é o que garantirá a utilização de nossos recursos com soberania”. O objetivo, reitera Pedro Castillo, é “tomar o controle total sobre importantes setores que geram riqueza imediata”, a fim de efetivar programas de geração de emprego e renda, superando a situação de alta miserabilidade em que se encontram os peruanos, agravada com a pandemia.

“Em todas as empresas exploradoras de recursos materiais e humanos somos os peruanos quem fazemos o trabalho mais duro e difícil, porque a presença dos estrangeiros não é imprescindível para que a mesma funcione”, acrescenta o Peru Livre em seu plano de governo. Citando os exemplos de Cuba, Bolívia e Irã, entre outros países soberanos, o partido destaca o êxito da nacionalização, que quem mantém o controle estatal de petróleo e têm boa estabilidade econômica.

Deputado israelense é agredido pela polícia em ato contra roubo de casas palestinas em Jerusalém

Ao atacar uma manifestação pacífica contra a tentativa de um grupo de colonos judeus de tomar de assalto residências de palestinos no bairro de Sheikh Jarrah, um bairro árabe situado na Jerusalém Leste ocupada por Israel desde a Guerra dos Seis Dias em 1967, os policiais que atuam em Jerusalém espancaram o deputado israelense Ofer Cassif, que participou do ato e o levaram preso. Cassif foi inclusive esmurrado no olho.

Cassif é deputado eleito pela Lista Conjunta com deputados e filiados na maioria árabes, mas com participação e voto de milhares de judeus israelenses. Ele teve seus óculos arrebatados e precisou de assistência em pronto socorro.

Os chamados colonos judeus, que são na verdade os especialistas em assalto de terras nos territórios palestinos ocupados, entraram com uma ação pleiteando o despejo das famílias palestinas que vivem no bairro sob o pretexto de que Sheikh Jarrah seria um bairro judeu antes de 1948. Isso depois dos israelenses terem fundado Israel sobre a Palestina e terem, desde 1967, ocupado quase a totalidade dela.

Todas sexta-feira há manifestações de árabes e judeus de solidariedade aos moradores de Sheikh Jarrah. A desta sexta (9) foi a maior das últimas semanas, reunindo cerca de mil pessoas e foi recebida por um contingente policial extremamente descontrolado e enfurecido, jogando granadas de gás lacrimogêneo e de percussão além da agressão física para dispersar a manifestação. Com a agressão a Cassif, solto assim que os policiais foram informados da sua condição de deputado (coisa que não quiseram ouvir quando ele se declarou parlamentar durante a agressão sofrida), a repercussão do

manifestação adquiriu proporções maiores.

O chefe do departamento de polícia do Distrito de Jerusalém, Doron Turgeman, disse ter ordenado uma investigação sobre o “incidente”.

Apesar do vídeo mostrar exatamente o oposto, a Polícia de Jerusalém já declarou que Cassif “atacou um dos policiais e o chutou e bateu na cara dele”. Diz ainda a polícia que Cassif “recusou identificar-se” e que, assim que souberam que era membro do Knesset (parlamento israelense) o soltaram.

A declaração afirma ainda que foi usada “força razoável para parar Cassif” e que “vários policiais ficaram feridos”.

Já o deputado Cassif disse aos jornalistas que: “Os policiais agiram com selvageria. Não queriam que as pessoas se manifestassem. Eu disse a eles que sou deputado e eles não tomaram conhecimento e começaram a me bater. Isso significa que quem eles protegem são os que querem tomar as casas. É uma desgraça”.

Segundo o jornal israelense Haaretz, uma fonte policial contesta a versão oficial ao declarar que “os policiais foram informados antes da manifestação de que se esperava a participação de parlamentares israelenses na manifestação”.

Cassif recebeu várias mensagens de solidariedade. Yariv Levin, presidente do Knesset, do partido do primeiro-ministro, Netanyahu, se disse “chocado com o grave incidente” e chamou a atenção para o fato de que “Cassif tem direito à liberdade de movimento garantida por lei especialmente para cumprir o seu papel de legislador”.

Levin informou que ligou para o ministro da Segurança Pública, Amir Ohana, para que ele garanta que o ocorrido será investigado.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

“O Irã considera que a verificação da retirada das sanções pelos Estados Unidos só se dará com o retorno do país à livre negociação do seu petróleo”, afirmou o presidente Ali Khamenei

O presidente do Irã, Ali Khamenei, afirmou que a retirada das sanções contra o país por parte dos Estados Unidos significa o reconhecimento do seu direito a “vender o seu petróleo de maneira oficial, com facilidade e em condições normais, e o seu dinheiro ser recebido”.

As declarações do líder iraniano foram postadas em sua página do Instagram na quinta-feira, quando uma equipe de negociação iraniana se encontra em Viena, para debater sobre as condições para a retomada do histórico acordo nuclear de 2015, o Plano de Ação Abrangente Conjunto (JCPOA).

Khamenei disse que os signatários do acordo nuclear não cumpriram seus compromissos no acordo, mas defendeu que a decisão do governo e do parlamento iraniano de reverter os compromissos nucleares de Teerã foi correta. Diante deste passo, assinalou, o compromisso de um lado deve ser retribuído pelo compromisso do outro lado e os EUA devem remover todas as sanções impostas, caso queira que o Irã volte ao pleno cumprimento do JCPOA.

O líder disse que Teerã retornará ao cumprimento total do acordo nuclear assim que verificar que as sanções foram realmente removidas pelos EUA.

Os Estados Unidos começaram a impor pesadas sanções econômicas contra o Irã em 2018 depois que Trump cancelou o Plano de Ação Abrangente Conjunto, obstaculizando as transações econômicas do Irã com o resto do mundo, incluindo a venda do petróleo.

Na época, o governo Trump descreveu suas medidas anti-Irã como a política de “pressão máxima”, enquanto Teerã classificou as medidas como “guerra econômica”, “terrorismo econômico” e “terrorismo médico”. Apesar das terríveis sanções, recordam os iranianos, as medidas não colocaram a nação de joelhos.

O novo governo estadunidense admitiu que a criminosa campanha de atropelo aos direitos humanos da gestão Trump fracassou e prometeu substituí-la, a suspensão das sanções ao Irã e à Síria seriam passos importantes nessa direção e ainda não se verificaram.

O Irã permaneceu em conformidade com o acordo por um ano inteiro, mas como as demais partes europeias descumpriram com o acordado, começou em maio de 2019 a reduzir seus compromissos confirmados.

Khamenei já havia dito durante uma reunião com comandantes, pilotos e membros do Estado-Maior da Força Aérea do Irã (IRIAF) que o país irá refazer suas medidas

nucleares assim que os EUA suspenderem suas sanções de uma maneira que possa ser verificada. “O Irã retornará às suas obrigações com a JCOA assim que os EUA suspendem totalmente suas sanções em ação e não em palavras ou no papel, e quando o alívio da sanção for verificado”, disse o aiatolá Khamenei.

“A suspensão das sanções dos Estados Unidos é a primeira e a mais primordial medida para reavivar o JCPOA”, sublinhou, em sua primeira intervenção, o vice-ministro de Assuntos Políticos, Sayed Abás Araçchi, representante do Irã na reunião realizada na capital da Áustria.

SABOTAGEM

O Ministério do Exterior do Irã denunciou na segunda-feira (12) que Israel realizou um ataque cibernético à principal unidade de enriquecimento de urânio do país, a central nuclear de Natanz e chamou o ataque de “terrorismo nuclear”.

Embora integrantes do governo israelense não tenham confirmado formalmente o ataque, seus funcionários não negaram a participação na agressão.

Segundo o jornal inglês The Guardian, o ataque teria destruído a fonte de fornecimento de energia elétrica às centrífugas de enriquecimento de urânio iranianas.

Recentemente em um ataque com drone foi assassinado um dos principais cientistas do setor nuclear iraniano e, na ocasião o governo iraniano apontou Israel como responsável pelo crime.

Apesar de Israel declarar que tem medo de que o programa nuclear iraniano avance ao ponto do país poder construir sua bomba atômica, o que se demonstra com estes ataques, no momento em que avançam tratativas para um acordo nuclear com o qual o Irã se compromete a desenvolver tecnologia e uso de energia nuclear para fins pacíficos, Israel eleva o grau de suas provocações.

As agressões elevam a tensão na região do Oriente Médio no momento em que avançam os processos contra Netanyahu por fraude, suborno e quebra de confiança e a sua recondução como premiê se complica, cresce a suspeita de que o interesse dele seja criar condições para em situação de tensão militar poder adiar procedimentos que o tirem do poder.

A quarta eleição em menos de dois anos não dá maioria suficiente a Netanyahu para governar e Israel perde governabilidade e o país pode caminhar para a quinta e tensa eleição.

Inglaterra amplia testagem e rastreio para conter pandemia

O premiê inglês, Boris Johnson, divulgou na segunda-feira (5) a ampliação do programa de testagem em massa e rastreamento dos casos de Covid-19 com a finalidade de impedir o avanço dos contágios.

Anunciou que todos os moradores do país poderão fazer teste duas vezes por semana, em nova campanha para auxiliar a vacinação na quebra da cadeia de transmissão do vírus ao detectar inclusive casos sem sintomas e isolar doentes em fase inicial, mas transmissores da doença.

O aumento dos testes ajudará as autoridades de saúde a rastrear a pandemia enquanto o país se reabre lentamente após uma suspensão de atividades por quatro meses.

Enquanto grande parte da Europa entra em novos lockdowns diante de aumento de casos, Johnson estabeleceu um plano escalonado que permitirá aos ingleses aliviar as restrições nos próximos meses, em um impulso para um dos países que chegou a ser dos mais afetados durante a pandemia. A Universidade Johns Hopkins diz que foram 4.373.798 casos e 127.078 mortos até 5 de abril.

A reação do governo foi eficiente. O país com 66,65 milhões de habitantes já imunizou

36.904.755 pessoas com a primeira dose, bem mais da metade da população adulta, enquanto a segunda dose também está avançada. “A medida que continuamos a fazer bom progresso em nosso programa de vacinas com nosso roteiro para aliviar cautelosamente as restrições, a testagem rápida regular é ainda mais importante para garantir que esses esforços não sejam desperdiçados”, diz Johnson.

Segundo o governo, os testes serão enviados para residências e empresas, ou retirados em farmácias e centros de testagem.

A reabertura das escolas em março não gerou aumento de casos, apesar de mais testagem. Johnson deve confirmar que os setores de varejo, hospitalidade ao ar livre e cabeleiros poderão reabrir em 12 de abril na Inglaterra, enquanto um sistema de cores será usado para viagens internacionais com base nos níveis de infecção e vacinação dos países.

“Passaportes” de vacinas também estão sendo testados para que as pessoas possam frequentar eventos com público. No dia 3 de abril, quando o número de ingleses que já tomaram a segunda dose da vacina atingiu 5 milhões de pessoas, o número de óbitos por Covid foi de 10 ingleses.

Putin e Merkel pedem retorno aos Protocolos de Minsk para reduzir escalada na Ucrânia

O Kremlin informou que o presidente russo Vladimir Putin e a primeira-ministra alemã Angela Merkel mantiveram uma “discussão detalhada” por telefone sobre a escalada de tensões no Sudoeste da Ucrânia na quinta-feira (8) e as partes “notaram a necessidade de as autoridades de Kiev implementarem sem falta os acordos anteriores, em particular os que visam o lançamento de um diálogo direto com Donetsk e Lugansk e a formalização legal do estatuto especial de Donbass”.

Na troca de opiniões sobre as formas de resolver a crise intra-ucraniana, Putin chamou a atenção “para as ações provocativas de Kiev, que agora estão agravando deliberadamente a situação ao longo da linha de contato”.

[“Putin e Merkel”] exortaram as partes em conflito a mostrarem moderação e a revigorar o processo de negociação a fim de implementar plenamente o pacote de medidas de Minsk de 2015 como a única base legal para um acordo de paz”, enfatiza o comunicado de Moscou sobre o telefonema.

Em paralelo, o enviado de Putin para as questões da Ucrânia, Dmitry Kozak, anunciou que haverá reuniões no formato Normandia no dia 19, em nível de conselheiros políticos, segundo a AFP. A retomada “nos próximos dias” foi admitida pelo presidente ucraniano e ex-comediante Volodymyr Zelensky, durante inspeção às tropas e equipamentos de guerra que amontoou na linha de contato intra-ucraniana em violação à trégua em vigor.

No telefonema, Putin e Merkel “reafirmaram seu compromisso de uma coordenação mais próxima dos esforços russos e alemães, inclusive dentro do Formato da Normandia”.

O governo de Berlim, por sua vez, divulgou que o telefonema de Merkel fora para solicitar à Rússia a desescalada no leste da Ucrânia.

ESTELIONATO ELEITORAL

Eleito sob uma plataforma em que se apresentava como favorável à paz e à reconciliação e contra a corrupção, Zelensky aderiu à recusa em cumprir os protocolos de Minsk, mediados pela França, Alemanha e Rússia no chamado Formato Normandia, sob os quais deveria incluir na constituição uma cláusula de autonomia para o Donbass, aprovar uma anistia e garantir os direitos da população local de fala russa, assim como a troca de prisioneiros, para possibilitar a realização de eleições.

Todos os deslocamentos de tropa feitos por Moscou foram dentro do seu próprio território, e após a iniciativa de Kiev de deslocar tropas e meios bélicos para a linha de contato, no que lembra um ensaio das tentativas do verão de 2014 e do inverno de 2014-2015 (que acabaram em flagrante derrota).

Como agravante, no verão deste ano estão previstos exercícios militares conjuntos Kiev-Otan “Clava Cossaca”, com milhares de soldados, no sudoeste da Ucrânia, e sob comando britânico.

Nas últimas semanas, o governo Zelensky intensificou as provocações contra as duas repúblicas que se levantaram em armas contra o golpe CIA-neonazis de 2014, que colocou no poder os herdeiros dos colaboracionistas de Hitler na 2ª Guerra Mundial e a nata dos oligarcas ladrões, em conluio e aberta participação de Washington. Até o filho do então vice-presidente Joe Biden, Hunter, se lambuzou.

O comediante que virou presidente também fez uma declaração à “imediate entrada” da Ucrânia na Otan – o que jamais seria aceito pela população do Donbass – e andou prometendo “retomar a Crimeia”, que em referendo decidiu a reunificação à Rússia, após o golpe CIA-neonazis de Maidan, e historicamente terra russa por séculos.

Zelensky também andou ‘exigindo’ a mudança do local das discussões, que tem sido a capital Bielorrussa, Minsk, para a Polônia, babosamente anti-russa. Ainda, quer dissolver o formato Normandia, com a inclusão de Washington.

Na semana passada, a Rússia voltou a advertir, por várias fontes, uma delas do ministro das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, que um ataque militar ucraniano às repúblicas do Donbass, levará à destruição da Ucrânia enquanto Estado.

Por sua vez o enviado especial Kozak disse à agência de notícias russa RIA Novosti que a ação russa, em caso de ataque ao Donbass, “depende da escala do incêndio”. “Se houver, como diz nosso presidente [Putin], uma ‘Srebrenica em preparação, aparentemente, teremos que nos defender”.

Ele comparou o governo de Kiev a “crianças brincando com fogo” e disse apoiar “as avaliações que também existem dentro da Ucrânia de que o início das hostilidades é o início do fim da Ucrânia”.

“É uma ferida autoinfligida, um tiro não na perna, mas no rosto”, completou. Para Kozak, ao intensificar as hostilidades no Donbass o governo de Kiev está tentando resolver a crise política interna, desviando assim a atenção dos eleitores da difícil situação no país.

“A queda catastrófica na aprovação do presidente Volodymyr Zelensky e seu partido Servo do Povo, as contradições entre as elites empresariais, uma pandemia – as autoridades não conseguem lidar com isso com um trabalho consistente”, Daí a encenação da “ameaça militar” russa, advertiu. Recentemente, Zelensky também fechou canais de língua russa e perseguiu parlamentares da oposição.

O número de ataques desfechados por iniciativa de Kiev desde o início do ano quase dobrou em comparação com o último trimestre de 2020. A transferência de tropas, blindados e lança-mísseis para a linha de contato viola os protocolos de Minsk, e os ataques passaram a ser diários, levando a revide da defesa dos insurgentes.

Na semana passada, ataque com drone ucraniano matou uma criança de quatro anos e feriu sua avó. As provocações custaram baixas aos adeptos de Maidan, alguns por pisarem em minas, onde não deveriam ter ido.

A porta-voz da chancelaria russa, Maria Zakharova, denunciou a agressiva campanha de desinformação lançada pela Ucrânia e vários países ocidentais contra a Rússia, a qual acusam de ‘aumentar as tensões no Donbass e na fronteira entre a Rússia e a Ucrânia’, numa inversão dos fatos.

“Consideramos essa política de desinformação e propaganda como ações destinadas a criar o cenário necessário e desviar a atenção dos preparativos militares de Kiev no Donbass, a sabotagem ucraniana da implementação dos acordos de Minsk e o aumento da atividade militar dos países da OTAN na Ucrânia”, frisou Zakharova.

“Apelamos à Ucrânia e aos países da OTAN para que parem a campanha histórica de propaganda russófoba, parem os preparativos militares e a escalada da tensão em Donbass e se abstenham de ações que possam desestabilizar a situação no leste da Ucrânia”, concluiu a porta-voz.

China multa Alibaba em US\$ 2,8 bi por violação de leis antimonopólio



O órgão regulador instou Alibaba a proceder a uma retificação “abrangente e profunda”

Rússia homenageia Gagarin na passagem dos 60 anos do seu lendário voo espacial

Dois cosmonautas russos e um astronauta americano decolaram nesta sexta-feira (9) rumo à Estação Espacial Internacional (ISS) durante uma missão em homenagem aos 60 anos do envio do primeiro homem ao espaço, Yuri Gagarin.

O lançamento da nave Soyuz aconteceu na base russa de Baikonur (Cazaquistão) às 7h42, (4h42 de Brasília). Para celebrar o feito de Gagarin, o lançador estava especialmente decorado com o perfil do astronauta soviético, cujo voo lendário na aeronave Vostok 1 ocorreu em 12 de abril de 1961.

Nove minutos depois da decolagem, o foguete se separou sem problemas a uma altitude de 200 km. “Contato! O voo tripulado Soyuz MS-18 acoplou com sucesso na parte russa da ISS, depois de ter circulado a Terra duas vezes”, anunciou a agência espacial russa Roscosmos no Twitter.

Segundo as imagens transmitidas ao vivo pela Roscosmos e pela Nasa, a cápsula atingiu a ISS às 11h05 GMT (8h05 de Brasília), dois minutos antes do



Lançador da nave Soyuz decorado com perfil de Yuri Gagarin

horário programado.

Oleg Novitski e Piotr Dubrov, da agência russa Roscosmos, e Mark Vande Hei, da Nasa, permanecerão seis meses na ISS. A cápsula deve se acoplar à estação às 11h07 GMT (8h07 de Brasília).

A bordo da estação eles serão recebidos por sete companheiros. Dois russos, Serguei Rýzhikov e Serguei Kud-Sverchkov, e a americana Kate Rubins devem retornar à Terra em 17 de abril.

Durante a entrevista coletiva antes da viagem, os três afirmaram que vão comemorar, em 12 de abril, as conquistas históricas do ilustre antecessor. “Vamos celebrar juntos”, disse Piotr Dubrov, de 43 anos, que está em sua primeira missão espacial. “E vamos trabalhar duro”, completou.

Todos os anos o nome de Gagarin é motivo de homenagens, com milhares de pessoas colocando flores nos monumentos em sua memória.

EUA sanciona Turquia por ter comprado o sistema de defesa antiaérea russo S-400

O Departamento de Estado oficializou a aplicação de sanções contra a Turquia pela compra do sistema russo de defesa antiaérea S-400. Segundo comunicado norte-americano, a medida atinge a presidência das Indústrias de Defesa da Turquia (SSB, na sigla em turco) e quatro altos funcionários da empresa, incluindo seu diretor Ismail Demir.

A sanção, que viola a lei internacional, já que a Turquia, como país soberano, pode comprar armas ou outro produto qualquer de quem lhe aprouver ou oferecer melhores condições, foi cometida em consonância com a Lei Contra Adversários da América Através de Sanções (CAATSA, na sigla em inglês), aprovada pelo Congresso dos EUA e aplicada segundo a ilegal ‘jurisdição dos longos braços’. A SSB é uma estatal turca que administra a indústria de defesa do país e a aquisição de tecnologia militar.

“O secretário de Estado [Antony Blinken] selecionou [...] certas sanções a serem impostas à SSB e a Ismail Demir, presidente da SSB; Faruk Yigit, vice-presidente da SSB; Serhat Gencoglu, diretor do Departamento de Defesa Aérea e Espaço da SSB; e Mustafa Alper Deniz, gerente do Programa da Direção Regional de Sistemas de Defesa Antiaérea da SSB, de acordo com a CAATSA”, disse a nota.

Como se isso não bastasse, a ‘mensagem’ de Washington acrescenta que “Blinken afirmou que a SSB ‘se envolveu intencionalmente em uma transação significativa com



Sistema S-400, o mais avançado produzido pela Rússia

uma pessoa que faz parte dos setores de defesa ou inteligência do Governo da Federação da Rússia, ou que opera em nome dos mesmos”.

Washington repetidamente pressionou Ancara para que recusasse da compra do sistema russo S-400, aliás considerado muito superior ao equipamento norte-americano e muito mais barato. As chantagens não funcionaram e inclusive a Turquia manifestou a Moscou a intenção de comprar um segundo lote do S-400.

Na semana passada, o chefe do Pentágono, Lloyd Austin, em conversa por telefone com o ministro da Defesa Nacional turco, Hulusi Akar, fez uma última tentativa de demover Ancara de manter os S-400 russos.

Anteriormente, Washington pressionava a Turquia ameaçando cancelar a entrega dos caças de quinta geração F-35. Em vão: a posição de Ancara sobre o uso dos sistemas

russos de defesa aérea S-400 permanece inalterada e a Turquia não precisa da autorização dos EUA para isso. De acordo com um porta-voz do comitê de defesa do parlamento turco, a Turquia já tomou sua decisão sobre os S-400 há muito tempo e não vai desistir.

Uma bateria completa do S-400 é formada por nove carruagens lançadoras, mais duas remuniçadoras, um posto de comando e 120 mísseis – as ogivas podem levar de 40 kg a 180 kg de explosivos. Todo o conjunto é digital e identifica cerca de 100 alvos a até 600 km de distância. O S-400 utiliza quatro diferentes interceptadores.

Os alvos ao seu alcance são os caças dos EUA -15 Eagle, F-16, F-18 F-35 e F-22, os europeus Typhoon e Rafale, os mísseis de cruzeiro Tomahawk e ainda os mísseis balísticos, atingidos a 185 km de altitude. Entre a identificação da ameaça e o disparo do míssil antiaéreo, são 10 segundos.

A principal violação da Alibaba é forçar os comerciantes à exclusividade caso queiram fazer uso das suas plataformas de compras online Taobao e Tmall, impedindo-os de fazê-lo em plataformas concorrentes

As autoridades chinesas impuseram ao gigante do comércio online Alibaba a multa recorde de 18,2 bilhões de yuans (US\$ 2,8 bilhões) por violação das leis antimonopólio, ao abusar de posição dominante no mercado à custa dos pequenos comerciantes e dos consumidores e em detrimento da inovação e competição, registrou a agência de notícias Xinhua no sábado (10).

A investigação havia sido desencadeada em dezembro pela Administração Estatal para Regulação de Mercado (AERM). A multa, a maior já lançada por práticas monopolistas na China, corresponde a 4% das vendas domésticas da Alibaba em 2019. Em 2015, o regulador chinês havia multado a Qualcomm (gigante norte-americana dos semicondutores) em US\$ 975 milhões por ‘práticas desleais de mercado’.

A principal violação da Alibaba é forçar por várias formas os comerciantes à exclusividade caso queiram fazer uso das suas plataformas de compras online Taobao e Tmall, impedindo-os de fazê-lo em plataformas concorrentes.

Outra gigante chinesa da internet, a Tencent, também está sob investigações por práticas semelhantes.

Na China, as empresas da internet cumprem um importante papel possibilitando aos seus usuários usar essas plataformas para se comunicar, fazer compras, pagar contas, reservar táxis, solicitar empréstimos e realizar uma infinidade de tarefas diárias.

Por sua vez, o jornal chinês Diário do Povo afirmou, logo após o anúncio da multa, que a penalidade representava “os esforços do governo para fortalecer a gestão antimonopólio e evitar a expansão desordenada das empresas. Mas isso não significa que o governo está negando o papel importante das empresas de plataforma online”.

“A atitude do governo para apoiar o desenvolvimento das plataformas online mudou”, dizia o artigo, que acrescentava de forma muito chinesa que “puxar as mangas também é uma demonstração de carinho”.

Em dezembro, quando começaram as investigações antitruste, o Diário do Povo enfatizou que o fortalecimento da fiscalização antimonopólio assegura à economia de plataforma “um melhor ambiente de desenvolvimento no futuro”. E que a investigação não era um sinal de que “o inverno estava chegando”, mas de um “novo começo” para a indústria.

“NOVA CONSCIÊNCIA

“A multa sobre a Alibaba serve para fortalecer a consciência antimonopólio”, enfatizou o editor-chefe do Global Times, jornal chinês também publicado em língua inglesa, Hu Xijin. “Essa punição é um marco para toda a comunidade econômica e fortalece a consciência antimonopólio para o cumprimento das leis pertinentes”.

Para Hu, “o conceito jurídico em nossa sociedade ainda não é forte o suficiente em geral. Quando uma nova esfera econômica é aberta, muitas vezes há noções de que os usuários terão sucesso enquanto os tímidos morrerão de fome, e que as leis não punem inúmeros infratores”, assinalou, apontando que é isso que leva à necessária “retificação”.

“Como profissional de mídia, também espero que o Alibaba resista a esse revés e coopere sinceramente com a supervisão do governo. Espero que continue contribuindo para o desenvolvimento da economia da Internet. Através das ondas e marés, somente aqueles que podem perseverar terão sucesso”, concluiu. O órgão regulador instou o Grupo Alibaba a proceder a uma retificação “abrangente e profunda” de acordo com a Lei Antimonopólio, cujo plano terá de ser enviado à AERM antes de 30 de abril. A empresa também fica obrigada por três anos a relatar ao órgão esses procedimentos.

Deve, ainda, estabelecer um canal de denúncia e mecanismo de solução de controvérsias, ao mesmo tempo em que terá de informar ao público quais

quer medidas punitivas que venha a aplicar aos negócios, como suspensão de serviços ou retirada de produtos.

A plataforma também fica obrigada a estabelecer um sistema de avaliação externa por consumidores e especialistas sociais, bem como a desenvolver a cooperação com as empresas com base em princípios justos e não-discriminatórios.

A AERM também orientou a Alibaba revelar ao público sua situação de conformidade com a lei. A Alibaba tem 60 dias para recorrer da multa.

“COM SINCERIDADE”

Em carta aberta dirigida aos seus clientes e ao público, a Alibaba disse que aceita a penalidade com “sinceridade e garantirá nossa conformidade com a determinação”.

“É uma ação importante para salvaguardar a concorrência leal no mercado e o desenvolvimento de qualidade das economias das plataformas da Internet”, acrescentou.

Segundo a carta, a empresa também irá fortalecer ainda mais o foco na criação de valor para o cliente, bem como continuará introduzindo medidas para reduzir as barreiras de entrada e os custos de negócios de operação na plataforma.

São 788 milhões de usuários das plataformas da Alibaba. Na sexta-feira, as ações da Alibaba perderam 2,24% no pregão de Hong Kong. Seus recibos de depósito americanos também caíram 2,16% na sexta-feira.

Para o professor da Universidade Chinesa de Ciência Política e Direito, Shi Jianzhong, o caso Alibaba indica que a implementação da lei antimonopólio chinesa em plataformas online “entrou em uma nova fase”.

Ainda, envia um sinal político claro de que, embora o governo incentive o desenvolvimento da economia online, “também impedirá que as empresas prejudiquem os interesses dos consumidores, a inovação e a concorrência por meio de suas vantagens em dados, tecnologias e capital”.

Shi destacou que a decisão de multar quatro por cento das vendas domésticas do Alibaba em 2019 é moderada, pela lei, a multa pelo abuso do domínio de mercado poderia ser de até 10%. O que mostra a determinação de Pequim de fortalecer o quadro legal e a gestão antimonopólio, mas mantendo a política de apoio ao desenvolvimento de plataformas online.

Um advogado antitruste chinês, que pediu para permanecer anônimo, disse que a multa “tinha o objetivo de ensinar a Alibaba ‘não pense que você pode fazer o que quiser’, mas [não iria prejudicar] materialmente o negócio”. Ele observou que a penalidade não foi tão grande quanto poderia ter sido e foi limitada às operações de comércio eletrônico do Alibaba, em vez de suas outras operações abrangendo o setor.

Em uma rodada de comentários de advogados, acadêmicos e analistas domésticos, a Reuters citou Wu Ge, diretor do escritório de advocacia Beijing Zhongwen, que advertiu que a multa era uma mensagem não apenas para a Alibaba, mas também para os consumidores chineses.

“A multa indica que as plataformas de internet também devem obedecer às leis e criar valor real para os consumidores – não apenas buscar lucros ou fazer da lucratividade sua prioridade”.

O Diário do Povo disse também que a multa representava uma “correção normativa” para o desenvolvimento da Alibaba, “uma limpeza e purificação do ambiente da indústria e uma forte defesa da concorrência leal”.

“É uma ação importante para salvaguardar a concorrência leal no mercado e o desenvolvimento de qualidade das economias de plataforma da Internet”, disse a empresa. “Isso reflete as expectativas ponderadas e normativas dos reguladores.” O braço financeiro da Alibaba, a fintech Ant Group, também está na mira das autoridades antimonopólio, o que levou em novembro ao cancelamento da abertura de capital da empresa a dias do lançamento.

José Lins do Rego, por Graciliano Ramos

Graciliano Ramos é uma unanimidade como um dos maiores escritores da nossa literatura, sobretudo como um de nossos maiores romancistas.

Mas, como já dissemos em outro artigo, o autor de *São Bernardo*, *Angústia* e *Vidas Secas* foi também um grande crítico literário.

O artigo abaixo foi publicado em 1934 na revista "Literatura", do

Rio de Janeiro.

O texto tem a importância de analisar a obra de outro grande escritor brasileiro e nordestino, José Lins do Rego, que, naquela época, publicara o seu segundo romance, *Doidinho*, após o sucesso de *Menino de Engenho*.

Extraímos essa crítica de Graciliano da excelente coletânea **Garranchos**, organizada por Thiago Mio Salla (Record, 2013).

C.L.

Um romancista do Nordeste

GRACILIANO RAMOS

O Sr. Prudente de Moraes Neto, falando sobre a nossa literatura de ficção, pobre demais, fez-me há tempo uma observação que achei curiosa. O romance brasileiro é ruim, os melhores escritores emperram neste gênero. Por que será? Impotência? Talvez o ambiente não ofereça material que preste.

Fiquei surpreendido e com desejo de contrariar uma pessoa inteligente e autorizada como o Sr. Prudente de Moraes Neto. Pensei que ele tinha sido rigoroso em demasia com alguns novelistas indígenas e especialmente com o país, que deve ser como os outros países, salvo pequenas diferenças. Em todos os lugares há romances, disse comigo, o que falta às vezes é o romancista.

Liliput e Brobdingnag nunca existiram e não obstante Swift pôs lá o seu Gulliver. Um urso, uma pantera, uma cobra, um tigre, vários macacos e lobos deram a Kipling, que não viveu na floresta e de homens só utilizou um, que era quase bicho, assunto para dois livros da *Jungle*. Onde houver um ser dotado de imaginação há uma obra de arte em perspectiva.

É certo que as criaturas que nos rodeiam são ordinárias, mas também pode que o Raskolnikoff e a Sonia de Dostoievski fossem na realidade um assassino comum e uma prostituta vagabunda, sem nenhuma espécie de grandeza. Vendo-se impressos, talvez não se reconhecessem.

Matutei nestas coisas quando li, há alguns meses, o segundo volume da série que o Sr. José Lins do Rego iniciou com a publicação duma novela escrita em brasileiro. É um bom romancista, creio eu. E entretanto decorre num ambiente de estreiteza lastimosas. Constituem o meio físico as quatro paredes dum colégio-prisão do Nordeste, um rio, pedaços de natureza entrevistados de relance. O meio social compõe-se de cinco ou seis meninos de importância medíocre, um professor brutíssimo, a mulher e o sogro do professor, uma preta, uma vaga meretriz assanhada, mais algumas figuras que entram e saem discretamente. Muito pouco! Mas apesar

disso, e talvez por isso, o Sr. José Lins do Rego fez um bom trabalho. Julgo que é um trabalho admirável.

Se o escritor dispusesse de grande número de tipos que se mexessem numa cidade, é possível que não resistisse à tentação de, como tantos outros, fornecer-nos pormenores inúteis. Jogando com elementos escassos, teve de extrair quase tudo do seu interior.

Até agora o Sr. José Lins do Rego publicou dois livros. Os críticos andaram a compará-los. Qual seria o melhor? Pensando bem, acho que a pergunta não tem cabimento: há apenas uma obra em dois volumes. Provavelmente virão outros – e teremos uma pequena Comédia Humana nordestina.

O que há é que no primeiro, o *Menino de Engenho* celebradíssimo, existem descrições que poderiam desaparecer sem desvantagem, uma queimada e uma enchente por exemplo, bem-feitas, mas que já foram exploradas por literatos de outras épocas, o finado José de Alencar e o finado Graça Aranha inclusive. Esta opinião não tem importância. De ordinário o que se julga melhor no romance é exatamente a parte objetiva, e é provável que essas duas tiradas, ricas em minudências, semelhantes às fotografias que Balzac e os realistas aproveitaram, hajam concorrido para tornar *Menino de Engenho* uma história admirada por toda a gente.

A verdade é que o Sr. Lins do Rego não precisa recorrer ao pitoresco para dar vida às suas criações. Nesse *Doidinho* excelente não há excesso de tintas. As coisas não nos aparecem como são (e quem sabe lá como são as coisas?), mas como o personagem principal as vê. Esse personagem, sujeito inteligente e com um parafuso frouxo, transmite-nos ampliados e interessantes os fatos mais corriqueiros.

Não sabemos como é por fora essa criança carregada de taras e cacoetes. Será loura ou morena? Terá os olhos pretos, azuis, verdes ou amarelos? E o resto? Estamos longe do tempo em que o cidadão gastava eternidades para descrever um tipo das unhas dos pés à ponta dos cabelos. Não esquecia uma



“Presumimos que o protagonista do Sr. Lins do Rego tem rugas, botões, olhos e cabelos, como todos nós, mas o autor não nos amola com semelhantes bagatelas: mostra-nos o rapaz por dentro. Surge então, vivo, bulindo, um sujeito que não é como os outros, um sujeito cheio de curiosidades e caprichos, indiferente às lições e à chatice da escola, incapaz de marcar passo e marchar na fileira, movendo-se desordenadamente e transformando, com os olhos e os ouvidos muito abertos, o mundo exterior num universo novo”

ruga, não esquecia um botão da camisa. No fim de tudo apresentava um manequim.

Presumimos que o protagonista do Sr. Lins do Rego tem rugas, botões, olhos e cabelos, como todos nós, mas o autor não nos amola com semelhantes bagatelas: mostra-nos o rapaz por dentro. Surge

então, vivo, bulindo, um sujeito que não é como os outros, um sujeito cheio de curiosidades e caprichos, indiferente às lições e à chatice da escola, incapaz de marcar passo e marchar na fileira, movendo-se desordenadamente e transformando, com os olhos e os ouvidos muito abertos, o mundo

José Lins do Rego, o grande escritor brasileiro, e, ao lado, com Graciliano Ramos, um dos maiores da literatura brasileira, na Livraria José Olympio, do Rio de Janeiro, em 1947

exterior num universo novo.

Tudo se anima. A água do rio não serve apenas para tirar-lhe a porcaria ganha no colégio imundo: lava-lhe a alma e transporta, para o sítio onde viveu, as suas tristezas de estudante maltratado. O bueiro do engenho é um amigo velho que o chama de longe. Na sua memória o avô deixa de ser o explorador da cabroeira que se esfalfa no eito: muda-se numa espécie de santo que se preocupa com a sorte dum assassino preso.

A obra do Sr. Lins do Rego tem coesão. Às vezes a de escritores grandes demais não a tem. Os livros do velho Hugo, os de Anatole France, os de Machado de Assis estão cheios de soluções de continuidade, intercalações, enxertos. Vendo esses parêntesis, somos levados a pensar que certos autores ou trabalham com interrupções, ou escrevem nas horas vagas folhas avulsas que entremeiam nas suas narrações com mais ou menos habilidade. Entre nós o comum é encontrarem-se romances arranjados com pedaços desconexos. Lemos uma página boa, em seguida vinte páginas que não são boas nem ruins, adiante uma péssima, depois uma sofrível – e o leitor tem a impressão de estar vendo um desses gráficos do serviço de estatística em que as linhas descem e sobem desesperadamente.

É possível que um olhar agudo descubra altos e baixos na obra do Sr. Lins do Rego. Não notei isso. Também não me esforcei por encontrar preciosidades. Pouco me satisfaria achar aqui um diálogo natural, ali uma descrição

encaixada a propósito, acolá uma frase original. Essas descobertas só serviriam para prejudicar o conjunto, seriam como elevações numa planície. Se me recomendassem uma estátua por ter as mãos e os pés bem-feitos, eu não ficaria contente. Preferiria que nem as mãos nem os pés fossem demasiado bem-feitos, mas que estivessem em harmonia com as outras partes do corpo.

De resto esse trabalho de expor minúcias revela mão de especialista, e no romance, campo vastíssimo, o especialista, a começar pelo gramático, não ultrapassa as fronteiras do seu distrito.

O Sr. Lins do Rego não é especialista em coisa nenhuma. Nada de terminologias embaraçosas. Mostra simplicidade extraordinária, põe-se facilmente em contato com o povo ignaro, como dizia Camões. Dificuldade.

Outra dificuldade, e terrível, foi ter conseguido tornar-se interessante servindo-se desta pobre língua do Nordeste, língua bronca, incerta, de vocabulário mingauo. Língua braba, que o Sr. Mário Marroquim procura domesticar. Notem que o matuto fala pouco diante de pessoas sabidas. Quando o obrigam a falar, recorre aos gestos, usa circunlóquios – e o discurso é charada. Uma só expressão, variando com o tom da cantiga que é a conversa ordinária do tabaréu, tem significações que nos atrapalham. Dialeto horrível para a linguagem escrita.

Outra coisa. Tenho estado a pensar que o Sr. Lins do Rego escreveria, se quisesse, excelentes biografias. Como as de André Maurois. Valeria a pena? Seria preferível transformar o velho Cotegipe numa espécie de Disraeli? Talvez não fosse. Onde achar personagens? Parece que estou inutilizando o que afirmei no começo deste artigo.

Mas na biografia a imaginação não poderia fazer tudo.